

“ ... a arte admira-se, em Nisa a arte saboreia-se...

no Centro de Nisa, alvitramos nós, deveria ser construído um monumento às mãos. Mãos que como gentis aranhas, tecem os seus bordados. Às mãos cálidas que arredondam queijos como quem molda seios. Às mãos que fazem doces. Às mãos que fazem sair explosões de Lágrimas nos bojos dos Cântaros. Às mãos que arrancam e transformam o granito, que embeleza diversos países. Enfim, às mãos do trabalho...”

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| O Concelho | 3 |
| Capítulo I – Contextualização | 8 |
| Capítulo II – O Concelho de Nisa: Diagnóstico Social | 12 |
| Capítulo III – Breve reflexão das informações recolhidas | 27 |
| Capítulo IV – Plano de Intervenção para o concelho de Nisa; Linhas Estratégicas e Objectivos | 37 |
| Capítulo V – Rede Social e Complementaridade: Projectos Sociais em curso | 41 |
| Capítulo VI – Projectos de Intervenção | 43 |
| Capítulo VII – Avaliação | 56 |
| BIBLIOGRAFIA | 58 |

Porque é necessário conhecer a realidade, o espaço dentro do qual “ queremos” actuar...

...O CONCELHO

A TERRA

- **A Localização:**

Na Região do Alto Alentejo, Distrito de Portalegre, situa-se a Vila de Nisa.

O limite norte do Concelho corresponde a cerca de 43 Km do Rio Tejo que faz a fronteira com a Beira Baixa. A Oeste é limitada pelo Rio Sever, a Sul pelo Concelho de Castelo de Vide e a Este pelo Concelho de Gavião.

È enquadrada pelos vales profundos das bacias dos rios Tejo e Sever e encostada aos contrafortes da Crista Quartzíca da Serra de São Miguel e que se estende até às Portas de Ródão.

O Concelho abrange uma área de 574,8 Km² e é constituído por 10 freguesias: Amieira do Tejo, Alpalhão, Arêz, Montalvão, São Matias, São Simão, Santana, Tolosa, Espírito Santo e Nossa Senhora da Graça.

- **O Clima:**

As características meteorológicas da região onde o Concelho se insere, estão directamente relacionadas com a sua posição geográfica, em plena Bacia do Tejo e encostada aos contrafortes da Crista Quartzíca da Serra de São Miguel – Vila Velha de Ródão.

Os Verões são muito quentes, com temperaturas médias superiores a 20°C. Os Invernos são frescos, com temperaturas na ordem dos 8° a 10°C. registam-se acentuadas amplitudes térmicas que vão desde temperaturas negativas próximas do – 8°C e máximas que ultrapassam os 42°C.

O mês mais chuvoso é, de modo geral, o mês de Dezembro, registando-se outras máximas eventuais em Novembro, Janeiro e, por vezes, Março/Abril. Julho e Agosto são os meses mais secos do ano, com precipitação quase nula.

- **O Relevo:**

A altitude acentua-se de NW, ao longo do Rio Tejo, com valores entre os 50 e 100 metros, para o quadrante SE (zona de Alpalhão) e parte da região oriental (Montalvão/Monte Queimado), onde apresenta valores entre os 300 e 400 metros.

Altitudes superiores a 400 metros só são ultrapassadas na Crista Quartzíca, correspondendo uma delas ao vértice geodésico S. Miguel com cota 460, o ponto mais alto de todo o Concelho.

A Serra de São Miguel (Crista Quartzíca) é a forma de relevo que mais se destaca, funcionando como um elemento caracterizador da paisagem local, quer pela sua localização e forma, como pela natureza geológica e vegetação.

As GENTES

• a população:

Tendo por base os últimos censos realizados pelo INE, em 2001, a população do Concelho de Nisa estima-se em 8585 habitantes, divididos pelas 10 freguesias que o compõem.

O facto de ter perdido 1053 habitantes nos últimos 10 anos e o decréscimo sistemático da população a que o Concelho tem vindo a assistir deve-se ao facto de que, após a década de 50, se assistiu à saída da população mais jovem para o estrangeiro e para o Litoral, o que deu origem ao envelhecimento da população, pois a população que saiu não foi substituída.

• As actividades:

O Sector Primário representa 19,5% da população.

O Sector Secundário: 29,5%

O Sector Terciário: 51%

É de salientar que cerca de 26% dos activos do sector terciário desempenham funções em serviços relacionados com actividade económica, situação que revela a existência de um sector terciário pouco diversificado (pequeno comércio).

O sector terciário tem aumentado significativamente. O comércio a retalho representa 6,5% da população empregada do sector. A actividade comercial do Concelho tem mantido a sua estrutura praticamente inalterável; o pequeno comércio de cariz familiar funciona como elemento de subsistência.

A nível de emprego a importância da produção tradicional do Concelho, já que é considerada um produto de qualidade produzido a partir de pequenas unidades tipo familiar que transformam e comercializam os produtos, segundo as técnicas tradicionais que vêm de tempos anteriores e constituem uma variedade de produtos genuínos e de qualidade, confirmando que o seu valor cultural é hoje acompanhado por uma considerável importância económica e social.

A população vive essencialmente da actividade agrícola, do artesanato, da produção de queijos de ovelha e de enchidos de carne de porco. A indústria de granitos tem-se revelado uma concorrente de qualidade, tendo tido alguns exemplares premiados a nível internacional.

A HISTÓRIA

- **com interesse...**

A actual Vila de Nisa data dos fins do século XIII e fica a 4 Km das ruínas da que foi a antiga Nisa, esta destruída e abandonada quando a sua população se manteve fiel ao Rei D. Dinis contra o seu irmão D. Afonso.

D. Dinis mandou construir o castelo que serviu de núcleo à Vila que veio a pertencer à Ordem de Cristo e que teve foral, dado por D. Manuel I em 1512.

A população de Nisa vive essencialmente da actividade agrícola, do artesanato, da produção de queijos de ovelha e de enchidos de carne de porco. A indústria de granitos tem-se revelado uma concorrente de qualidade, tendo tido alguns exemplares premiados a nível internacional.

Vale a pena visitar...

⇒ O Castelo : do qual ainda se podem ver duas das portas principais e alguns panos de muralha;

⇒ A Porta de Montalvão: que era a antiga entrada principal da Vila e que é flanqueada por duas torres com ameias;

⇒ A Igreja Matriz: situada junto da Porta da Vila é uma construção do século XV, mas que foi reedificada no século XVIII;

⇒ A Capela do Mártir São Sebastião: de traça primitiva do século XVI;

⇒ A Capela da Misericórdia: junto aos Paços do Concelho; um edifício do século XVI com portal renascentista;

⇒ A Capela do Calvário: edificada no século XVIII de forma octogonal;

⇒ A Igreja do Espírito Santo: do século XVI

⇒ A Capela de Santo António: do século XV.

São também dignas de visita algumas fontes da Vila:

⇒ A Fonte da Pipa: Do século XVIII;

⇒ A Fonte de Frade: do século XVIII (encontra-se agora na Praça do Município);

⇒ A Fonte da Cruz: tanque com quatro bicas e um coruchéu, tem uma lápide de pedra com escudo das armas de Portugal e as da Ordem de Cristo, dos fins do século XVI;

⇒ A 4 Km da Vila actual, Nisa-a-Velha: as Capelas de Nossa Senhora da Graça e Nossa Senhora dos Prazeres;

⇒ No Centro Histórico de Nisa podemos ainda encontrar várias Casas Senhoriais que testemunham a grandeza secular da terra;

⇒ As Termas da Fadagosa de Nisa: de águas minerais, sulfúreas, bicarbonatadas, sódicas e fluoretadas, indicadas para o tratamento de doenças reumáticas, respiratórias, e hemorroidárias.

⇒ A Anta de S. Gens: localizada perto do balneário Termal, integrada num conjunto de quatro monumentos megalíticos. Os materiais exumados desta foram vários: cerâmica, bolsas de ossos, material lítico, nomeadamente pontas de seta e lâminas em sílex;

⇒ O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo: cujas gravuras se encontram submersas pela barragem do Fratel. Só as gravuras do Cachão de S. Simão são visíveis e datáveis do Período Calcolítico e idade do Bronze.

- **para visitar...**

⇒ Freguesia de Alpalhão: povoado que pertenceu à Ordem de Cristo, teve um castelo mandado edificar por D. Dinis, do qual só restam alguns vestígios. Tradicionalmente agrícola, Alpalhão tem ainda uma indústria tradicional de calçado, de ferro forjado e de bordados.

⇒ Freguesia de Amieira do Tejo: situada na meia encosta de uma ladeira, cercada por montes, com um belo castelo de 4 torres ligadas por muralhas, construído em 1350 por D. Álvares Gonçalves Pereira, pai de D. Nuno Álvares Pereira.

⇒ Freguesia de Arêz: antiga povoação à qual D. Manuel deu foral em 1517. A sua Capela de Santo António do século XIV, é um tipo raro de capela rural alentejana.

⇒ Freguesia de Montalvão: pertenceu ao mestrado da Ordem de Cristo e teve foral dado por D. Manuel I em 1512. esta povoação foi em tempos um centro de cultura e tecelagem de linho.

- **as paisagens:**

A Serra de S. Miguel (Crista Quartzítica) é a forma de relevo que mais se destaca funcionando como um elemento caracterizados, quer pela sua localização e forma, como pela sua natureza geológica, fauna e vegetação.

A Serra possibilita a observação de panorâmicas excepcionais sobre o Vale do Tejo sua margem direita, sobre a singular zona do Conhal e Aida da fauna e flora que ocorrem, como as águias, os javalis, o alecrim, a urze, etc. Nesta zona estamos ainda sobre as principais linhas de cumeada do concelho, a primeira das quais (a poente) irá definir a garganta das portas de Ródão.

As margens do rio Tejo, embora bastante declivosas, permitem aqui e ali uma aproximação franca à água e a sua intensa utilização. O rio Sever, pelo contrário, é sempre de difícil acesso, sendo apenas na sua foz, junto à Barragem de Cedillo e nos Moinhos Brancos que será possível a sua utilização directa, ainda que neste ponto seja bastante limitada.

A zona do Conhal, no Vale da Ribeira do Vale, a poente da Serra apresenta grande interesse histórico, geológico e paisagístico, quer pela sua singularidade da paisagem nesse local quer ainda no que respeita à sua origem, uma vez ainda no que respeita à sua origem, uma vez que se desconhece o que originou os montes de calhaus rolados – aqui designados por conhos. É uma zona de fractura geológica nítida, de separação de xistos e granitos que deu origem a um vale bastante largo e plano, situação bastante distinta no geral da região.

AS ÁGUAS

- **as termas**

Em termos de recursos minero-medicinais, é de referir no Concelho as águas termais da Fadagosa. As Termas da fadagosa de Nisa, localizam-se na Freguesia de Arêz, junto ao limite desta com a Freguesia do Espírito Santo. Os tratamentos para que esta água está vocacionada, dizem respeito às doenças reumáticas e musculares, respiratórias, doenças de metabolismo, ginecológicas e hemorroidais e doenças de pele.

- **os Rios Tejo e Sever**

O limite Norte do Concelho corresponde a cerca de 43 Km de Rio Tejo, desde a Barragem de Cedillo (Espanha) até à ribeira de Alferreira, no início do concelho de Gavião.

Trata-se da área ecologicamente mais relevante do Concelho, quer pela biodiversidade animal e vegetal que contém quer pela beleza paisagística ou ainda pelos valores geológicos e arqueológicos que lhe estão associados.

Capítulo I – Contextualização

Em Portugal existe uma acentuada assimetria entre litoral e interior que se evidencia sob vários aspectos demográficos: número de habitantes por km², taxa de emprego versus desemprego, nível de escolaridade, condições sócio-económicas dos habitantes, maior proximidade ou afastamento dos centros de decisão, acessibilidade e rede de transportes, maior ou menor oferta de bens culturais, educação e cuidados de saúde, etc.

Dada a escassez de ofertas de emprego disponíveis nas zonas do interior do país, a profunda diferenciação económica existente entre estes dois blocos longitudinais, assim como a dificuldade em fixar as populações mais jovens, dificultou o desenvolvimento destas regiões. Tal conjuntura de factores adversos promoveu progressivamente barreiras sociais que tornaram difíceis a manutenção dos efectivos populacionais, diminuindo as taxas de população activa, de crianças e jovens, nomeadamente pela ausência de respostas adequadas a estas faixas etárias, quer quanto à educação, quer em relação às actividades de desporto e lazer.

Na continuidade de problemas já evidentes desde o início da história portuguesa, com dificuldade de fixação das populações em zonas do país mais afastadas do litoral, onde as condições económicas eram mais vantajosas também pela promessa de êxodo e de viagem, as zonas do interior foram gradualmente ficando mais pobres e sobretudo despovoadas.

O concelho de Nisa tem particularidades características do interior português: composto por uma vasta zona rural, desertificada e envelhecida, o contexto sócio-económico da região em que se insere, sendo de interioridade, revela também características identificadas como factores de risco. A pobreza é considerada um desses factores (quer se trate da pobreza transgeracional, quer resultante das dificuldades económicas resultantes do desemprego feminino, quer da exclusão, isto é, não ter acesso aos bens económicos e outros), assim como o *isolamento social, o envelhecimento da população e a desertificação*, proporcionam um enquadramento avaliado como situação de risco.

Não é por acaso que associado às situações prolongadas de desemprego/ pobreza surgem também problemas graves de saúde, física e mental, ficou claro a relação entre pobreza persistente e os problemas de saúde, quando se observa que em 40% dos agregados beneficiários de RSI pelo menos um dos elementos da família tem problemas de saúde. Sabemos também que as doenças penalizam mais as pessoas carenciadas, idosas e isoladas: por um lado, porque existem factores endógenas à situação de pobreza, (condições de habitabilidade, alimentação, acesso aos cuidados indispensáveis de saúde, acesso à informação, etc.); e por outro, porque existe um conjunto de factores exógenos inerentes ao contexto

sócio-económico que limitam as ofertas existentes nestes locais. Este será também um factor fundamental a ter em consideração, já que se avizinha o encerramento neste território de algumas extensões de saúde.

Importa ainda referir que, as características do Concelho de Nisa, com distanciamento geográfico entre pequenas localidades dispersas, facilitam o isolamento social e relacional das pessoas; o envelhecimento, a falta de recursos económicos e de acessibilidade ao emprego – nomeadamente o feminino, condicionam fortemente o bem-estar das populações, sendo relevantes as taxas de incidência de depressão endógena e suicídio, com características marcadamente culturais.

Numa lógica economicista, verifica-se um ciclo vicioso: a escassez de recursos e de condições favoráveis à fixação das populações ao longo dos anos, levou ao êxodo de grandes massas populacionais para zonas mais atractivas; actualmente, pretendendo-se fomentar o desenvolvimento local nessas zonas, o reduzido efectivo populacional não justifica o investimento que seria necessário fazer para revitalizar o tecido social e económico da região, pelo que a população continua refém dos seus próprios constrangimentos. Donde, urge olhar o problema sob outra perspectiva, valorizando e potenciando os recursos humanos e materiais, assim como as riquezas naturais da região.

A população, apresentando níveis de iliteracia preocupantes, encontra dificuldades em compreender a maior parte da informação disponibilizada pelos diferentes serviços que utilizam uma linguagem hermética, complexa e pouco apelativa, sendo então posta em causa a sua condição de cidadania.

Outro aspecto que condiciona o acesso das populações aos serviços e equipamentos sociais é a insuficiência e/ou inexistência de rede de transportes públicos. Urge então a criação de respostas alternativas, descentralizadas que rentabilizem os recursos materiais já existentes e que promovam uma outra forma de intervenção social, inter-institucional e multidimensional.

Neste sentido propõe-se a formação de:

- ❖ Observatório de Diagnóstico Social
- ❖ Pólos de Desenvolvimento e Inserção

Interessando ponderar os principais factores que influenciam a selecção de estratégias de intervenção, e não ignorar o peso que os constrangimentos económicos (entre outros) têm na adopção das medidas que se prevêem ajustadas às problemáticas identificadas, considera-se oportuno realçar o desejo de otimizar os recursos já existentes, nomeadamente ao nível das infra-estruturas (sempre difíceis de adquirir), que uma vez já alcançadas é conveniente serem rentabilizadas, para que as populações possam usufruir desses espaços, bem como diminuir o impacto negativo causado pelo eventual e provável encerramento de serviços existentes.

Sabendo que será inevitável o encerramento de algumas extensões de saúde no concelho, dadas as contingências anteriormente referidas, pretende-se desenhar uma nova lógica de actuação em favor do

desenvolvimento local, através da promoção de estratégias que possibilitem afectar os recursos disponíveis a actividades integradas e em parceria com as forças vivas da comunidade.

Desta forma, torna-se essencial recorrer a equipas multidisciplinares que promovam nestes espaços e localmente, um conjunto de actividades com vista à melhoria das *condições sociais, culturais e económicas das localidades*, fortalecendo a rede social (já existente), estabelecendo parcerias com as entidades locais, regionais e nacionais, dinamizando as intervenções e rentabilizando os recursos disponíveis.

Parece-nos fundamental a constituição de uma Equipa Multidisciplinar que integre técnicos de várias áreas de proveniência (Sociólogo, Psicólogo, Técnico de Serviço Social, Animador Sociocultural), que forneçam apoio técnico às diferentes necessidades das populações, disponibilizando a sua rotatividade pelas diferentes valências de acordo com uma planificação de horários ajustada à especificidade das realidades locais.

O objectivo geral da Rede Social é uma articulação e congregação de esforços para combater a pobreza e a exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Fomentado esta rede um apoio social integrado. Constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, que contribuam para a melhoria das condições de vida e que propiciem o bem-estar das populações locais, rentabilizando recursos humanos e materiais disponíveis.

Para o efeito, considera-se adequado promover acções/actividades nas áreas mais fragilizadas do território: *intervenção psicossocial, saúde, educação, lazer e empregabilidade* (pela integração sócio-profissional de jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, desempregados de longa duração, mulheres sem estatuto profissional e famílias com baixos rendimentos per capita).

Em síntese, com o ***Projecto Rede Social*** pretende-se encontrar alternativas de intervenção social que contribuam para o reforço da coesão social, facilitando a real integração sócio-profissional da população local, sobretudo aquela que se encontra em situação ou risco de exclusão social (crianças, jovens e idosos e adultos em idade activa, com baixos níveis de escolaridade, de qualificação profissional e desempregados de longa duração). Esta proposta de intervenção social passa então pelo, ***reconhecimento e validação das capacidades individuais e colectivas fundamentais aos processos de desenvolvimento.***

A seguir apresentam-se os objectivos gerais e específicos que irão reger não só o trabalho agora em execução, mas também todo o trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Acção de Nisa.

Objectivos Gerais

Objectivos Específicos

| | |
|---|--|
| <p>1. Combater a realidade do Concelho, procurando a sistematização da informação nas suas diferentes vertentes;</p> <p>2. Sensibilizar as entidades, designadamente aquelas que já se encontram envolvidas neste processo, segundo os princípios que regem a rede;</p> <p>3. Elaborar estratégias e medidas de intervenção que reflectam a concertação. de esforços, promovendo o incremento da qualidade de vida, tendo em conta as especificidades da região</p> | <p>→ Conhecer a estrutura sócio-demográfica populacional do concelho, segundo a: população jovem; população idosa; famílias; população desempregada; população deficiente;</p> <p>→ Caracterizar a população - alvo de acordo com a sua situação sócio-económica;</p> <p>→ Inventariar e classificar as infra - estruturas básicas, os equipamentos culturais e a intervenção associativa do Concelho;</p> <p>→ Conhecer os indicadores do nível de vida da população do Concelho, designadamente nas freguesias rurais;</p> <p>→ Promover a criação de um sistema de informação contínuo de forma a conhecer, a cada momento a realidade do Concelho;</p> <p>→ Incentivar a parceria, motivando as entidades a participarem num projecto comum</p> <p>→ Articular as necessidades e dificuldades dos parceiros, procurando respostas que beneficiem a optimização dos seus serviços e que sirvam o bem comum;</p> <p>→ Elaborar projectos de intervenção que resolvam de um modo holístico e atempado as necessidades da população;</p> <p>→ Promover acções de sensibilização dirigidas à população em geral que possibilitem a sua implicação no processo de desenvolvimento;</p> <p>→ Avaliar as medidas tomadas, procurando flexibilizá-las de acordo com as alterações produzidas na comunidade.</p> |
|---|--|

Capítulo II – O Concelho de Nisa: Diagnóstico Social

O diagnóstico da realidade social realizada para o Concelho de Nisa teve em conta oito áreas temáticas:

- Acção Social
- Actividades Económicas
- Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos
- Demografia / População
- Educação
- Emprego e Formação Profissional
- Habitação / Habitação Social
- Saúde

Foram estas áreas que permitiram identificar e interpretar as causas dos problemas e o grau de incidência dos mesmos para a elaboração de estratégias adequadas à realidade concreta.

A partir dos oito temas apresentados, enunciaram-se os principais indicadores a ter em conta para a análise. Será de referir que foi sentido alguma dificuldade na obtenção de dados, designadamente ao nível da demografia, que carece de informação actualizada por freguesia. Outros temas foram alvo igualmente de dificuldade na recolha de informação, por deficit de sistematização ou sigilo da mesma.

2. Delimitação e Caracterização do Concelho

2.1. Demografia

O Território alvo do presente Diagnóstico compreende o Concelho de Nisa e as suas respectivas 10 Freguesias, envolvendo uma área total de 574,8km². Este Concelho pertence ao Distrito de Portalegre, sub-região do Alentejo (NUTIII) e região do Alentejo (NUT II). Situado no Nordeste Alentejano, o Concelho de Nisa faz fronteira, a Sul, com o Concelho do Crato; a Este, com o Concelho de Castelo de Vide; e, a Oeste, com o Concelho de Gavião. O Rio Tejo limita o Concelho a Norte, desde a barragem de Cedilho, em Espanha, até à ribeira de Alferreira no início do Concelho de Gavião (Figura 1)

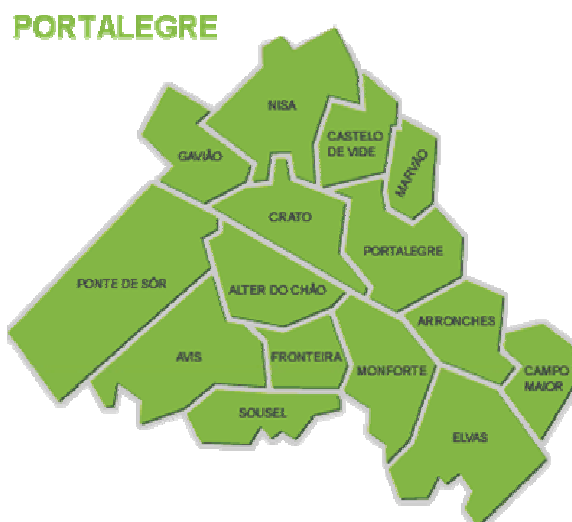


Figura 1 – Concelhos do Distrito de Portalegre

O retrato do Concelho de Nisa e respectivo diagnóstico resulta de um conjunto de elementos recolhidos, tratados e analisados quantitativa e qualitativamente, tendo em vista a caracterização da situação de partida sobre a qual recairão as acções a preconizar para o Concelho; esta será aprofundada na execução do PDS- Plano de Desenvolvimento Social. Neste sentido, elaborou-se um diagnóstico da situação do Concelho de Nisa que procurará um conjunto de perspectivas de abordagem, positivas e negativas, das quais resultará uma matriz, dos principais pontos fortes e fracos do território - alvo, assim como das oportunidades e ameaças que se colocam ao seu desenvolvimento.

2.1. DEMOGRAFIA

Em termos demográficos, o Concelho de Nisa tinha uma população residente, de acordo com os últimos Censos de 2001, de 8.585 habitantes (Quadro 2). As Freguesias do Espírito Santo e N^a S^o da Graça - sede de Concelho – são aquelas onde se concentra parte significativa da população residente no Concelho (42%) e correspondem ao urbano da Vila de Nisa.

| Unidade Geográfica | População – Residente em 1991 | | | População - Residente em 2001 | | |
|--------------------|-------------------------------|--------|----------|-------------------------------|--------|----------|
| | H.M. | Homens | Mulheres | H.M. | Homens | Mulheres |
| Alpalhão | 1.645 | 784 | 861 | 1.517 | 743 | 774 |
| Amieira do Tejo | 505 | 249 | 256 | 309 | 143 | 166 |
| Arêz | 464 | 234 | 230 | 362 | 174 | 188 |

| | | | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Espírito Santo | 2.155 | 1.032 | 1.123 | 2.057 | 1.000 | 1.057 |
| Montalvão | 825 | 382 | 443 | 597 | 265 | 332 |
| Nª Sª da Graça | 1.574 | 715 | 859 | 1.573 | 758 | 815 |
| Santana | 548 | 249 | 299 | 445 | 201 | 244 |
| S. Matias | 543 | 240 | 303 | 447 | 201 | 246 |
| S. Simão | 227 | 105 | 122 | 156 | 73 | 83 |
| Tolosa | 1.152 | 560 | 592 | 1.122 | 546 | 576 |
| Concelho de Nisa | 9.638 | 4.550 | 5.088 | 8.585 | 4.104 | 4.481 |

Fonte: Censos 2001 (INE, 2001)

Quadro 2 – População residente no Concelho de Nisa, por Freguesia

A evolução populacional no Concelho de Nisa, nos últimos 20 anos, acompanhou a tendência verificada genericamente em toda a região do Alentejo, como consequência dos fenómenos migratórios - êxodo rural dos mais jovens, para os centros urbanos do litoral e para o estrangeiro. De facto, **a população residente no Concelho passou de 9.638 habitantes, em 1991, para 8.585 habitantes, em 2001. A taxa de variação da população residente no Concelho, na década de 1991-2001, foi negativa em 11%, equivalendo a uma diminuição absoluta de 1.053 habitantes.** No mesmo período inter censitário o Alto Alentejo sofreu uma variação de -5,6%, e a Região Alentejo -0,7%.

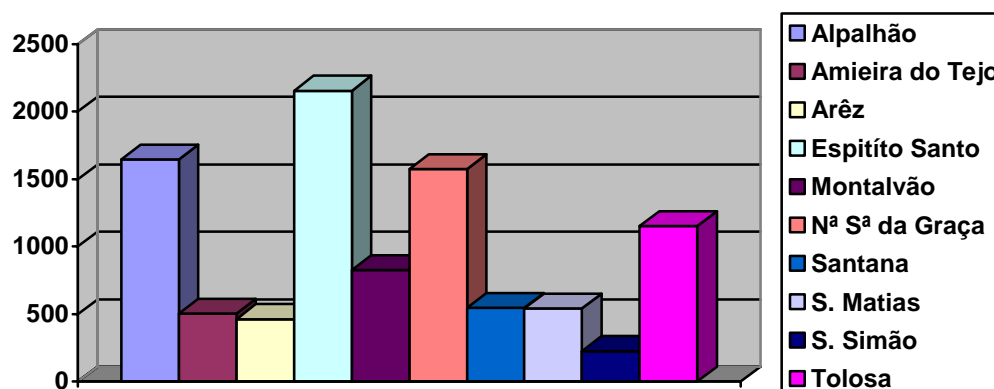
(Quadro 3)

| Unidade Geográfica | População residente em 1991 | População residente em 2001 | Variação Populacional (nº) | Variação Populacional (%) |
|--|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Alpalhão | 1.645 | 1.517 | -128 | -7,8% |
| Amieira do Tejo | 505 | 309 | -196 | -38,8% |
| Arêz | 464 | 362 | -102 | -22,0% |
| Espírito Santo | 2.155 | 2.057 | -98 | -4,6% |
| Montalvão | 825 | 597 | -228 | -27,6% |
| N ^a S ^a da Graça | 1.574 | 1.573 | -1 | -0,1% |
| Santana | 548 | 445 | -103 | -18,8% |
| S. Matias | 543 | 447 | -96 | -17,7% |
| S. Simão | 227 | 156 | -71 | -31,3% |
| Tolosa | 1.152 | 1.122 | -30 | -2,6% |
| Concelho de Nisa | 9.638 | 8.585 | -1.053 | -10,9% |

Fonte: Censos 2001 (INE, 2001)

Quadro 3 – Variação da População no Concelho de Nisa, entre 1991 e 2001

População Residente no Concelho de Nisa em 1991



População Residente no Concelho de Nisa em 2001

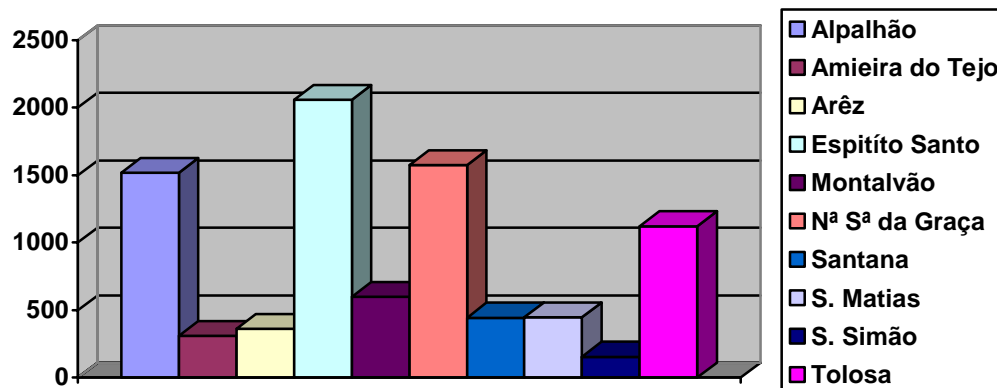


Figura 3 – População Residente no Concelho de Nisa, por Freguesia, em 1991 e 2001

A diminuição gradual da população tem contribuído para a crescente “desertificação” humana do Concelho, com consequentes reflexos no seu desenvolvimento social e impossibilidade de se potenciar o aparecimento de novas actividades económicas geradoras de riqueza e de maior crescimento e desenvolvimento locais: Atente-se que a densidade populacional tem vindo sempre a diminuir, passando de 17 habitantes/Km², 1991, para 15 habitantes/km² em 2001.

O número de residentes diminui em todas as freguesias. Contudo, esta evolução não foi uniforme, tendo sido claramente mais acentuada nas freguesias de **São Simão (-31%)**, de **Montalvão (-28%)** e **Amieira do Tejo (-3,9%)** – Quadro 3 e Figura 3.

Nos últimos dez anos, verificou-se em todas as freguesias uma diminuição mais acentuada na população feminina (12%) do que na população masculina (-10%), facto que poderá vir a ter impacto futuro ao nível da produção de alguns produtos tradicionais com grande importância para a economia rural do concelho, como por exemplo os queijos, os enchidos e as rendas e bordados, maioritariamente associados ao emprego de mão-de-obra feminina (Quadro 4).

| Unidade Geográfica | H. 1991 | H.2001 | Variação Populacional (n.º) | Variação Populacional (%) | M. 1991 | M.2001 | Variação Populacional (n.º) | Variação Populacional (%) |
|--------------------|---------|--------|-----------------------------|---------------------------|---------|--------|-----------------------------|---------------------------|
| Alpalhão | 784 | 743 | -41 | -5,2% | 861 | 774 | -84 | -10,1% |
| Amieira do Tejo | 249 | 143 | -106 | -42,6% | 256 | 166 | -90 | -35,2% |

| | | | | | | | | |
|----------------|--------------|--------------|-------------|---------------|--------------|--------------|-------------|---------------|
| Arêz | 234 | 174 | -60 | -25,6% | 230 | 188 | -42 | -18,3% |
| Espírito Santo | 1.032 | 1.000 | -32 | -3,1% | 1.123 | 1.057 | -66 | -5,9% |
| Montalvão | 382 | 265 | -117 | -30,6% | 443 | 332 | -111 | -25,1% |
| Nº Sº da Graça | 715 | 758 | 43 | 6,0 | 859 | 815 | -44 | -5,1% |
| Santana | 249 | 201 | -48 | -19,3% | 299 | 244 | -55 | -18,4% |
| S. Matias | 240 | 201 | -39 | -16,3% | 303 | 246 | -57 | -18,8% |
| S.Simão | 105 | 73 | -32 | -30,5% | 122 | 83 | -39 | -32,0% |
| Tolosa | 560 | 546 | -14 | -2,5% | 592 | 576 | -16 | -2,7% |
| Total | 4.550 | 4.104 | -446 | -9,8% | 5.088 | 4.481 | -607 | -11,9% |

Fonte: Censos 2001 (INE, 2001)

Quadro 4 – Variação da População no Concelho de Nisa, segundo o sexo, entre 1991 e 2001

O constante decréscimo da população residente no Concelho está intimamente associado à recessão demográfica que se iniciou na década de 50, com uma forte migração da população mais jovem para o Litoral e de emigração para o estrangeiro, o que não só originou um envelhecimento da população residente, como também comprometeu as gerações futuras, dado o decréscimo da taxa de natalidade. Realça-se que o **índice de envelhecimento (expresso pela relação entre a população com 65 anos ou mais e a população com 14 anos ou menos anos) sofreu um acréscimo de 286%, em 1991, para 386%, em 2001.**

Importará evidenciar a existência de uma “ massa” de população “ flutuante” (população não residente em permanência no Concelho, identificada por ter aí o seu primeiro domicílio), que apesar de não plenamente quantificável, afluí correntemente ao Concelho de Nisa, quer por motivos de ligações e/ ou origem familiares, quer por motivações que se prendem com o turismo e o lazer.

O decréscimo acentuado de população nos últimos 30 anos, situação em parte responsável pelo envelhecimento populacional existente, torna premente a implementação de medidas que possibilitem e estimulem a fixação dos jovens quadros do Concelho e a atracção de outros do exterior, nomeadamente também população mais sénior que, reformando-se nas cidades e tendo um nível de rendimento mais consolidado, possa retornar fisicamente e investir de forma a combater esta tendência.

Com uma densidade populacional de 15 habitantes por Km², distribuídos pelas 10 Freguesias, esta unidade administrativa tem vindo a assistir, sobretudo nos últimos anos, a um decréscimo populacional no Concelho (-13%), explicado pelo fenómeno da desertificação e envelhecimento populacional. Tal como o resultado da análise dos dados relativos aos censos de 91 e de 2001. Para além de outros factores como o declínio da fecundidade, que redundam na diminuição do peso da população jovem e o aumento da esperança de vida, o que faz aumentar proporcionalmente o da população idosa. Deveriam de ser implementadas medidas urgentes que possibilitassem a fixação dos jovens do concelho e atracção de outros, de forma a combater o crescente envelhecimento demográfico. Esta é sem dúvida uma das justificações mais fortes para a implementação de processos geradores da participação das populações, da elevação dos níveis de informação e da empregabilidade. Falamos no fundo em processos que devolvem às populações auto-estima e a decisão de permanecer no seu território de origem.

Um outro constrangimento ao desenvolvimento do Concelho de Nisa são os níveis de instrução da população residente.

2.2. Educação/Nível de Ensino

No que respeita ao nível de instrução da população, e reportando os dados do último recenseamento, os seus valores relativos são pouco animadores, considerando que a taxa de analfabetismo é, em média, de 21,3% em 2001, contrastando com os 11% nacionais para igual período. Concelhos desertificados e envelhecidos conhecem evidentemente taxas de analfabetismo mais significativas, porque baixos níveis de instrução estão associados às camadas etárias mais elevadas.

Quadro 5 - Nível de Ensino Atingido

| Níveis | Homens / Mulheres | Homens | Mulheres |
|--------------|-------------------|--------|----------|
| Nenhum | 1966 | 768 | 1198 |
| 1º ciclo | 3743 | 1790 | 1953 |
| 2º ciclo | 824 | 461 | 363 |
| 3º ciclo | 662 | 391 | 271 |
| Secundário | 846 | 478 | 368 |
| Médio | 41 | 19 | 22 |
| Superior | 517 | 205 | 312 |
| A frequentar | 1178 | 561 | 617 |

Em Nisa existe uma instituição de carácter particular que, para além do Ensino Pré-Escolar têm também serviço de creche e dois ATLS, apresentando-se os últimos nas freguesias de Alpalhão (Irmãs Teresianas) e Tolosa, existindo também um de carácter estatal (25 crianças). No total, estas instituições têm 207 utentes.

À semelhança do que se verifica no Pré-escolar, o número de alunos do Ensino Básico 1º Ciclo é igualmente diminuto, havendo 3 escolas com menos de 10 alunos (de um total de 6 escolas). A curto prazo prevê-se o encerramento de uma escola, estando em fase de planeamento a criação de um agrupamento vertical.

Se o Ensino Pré-Escolar é de frequência facultativa, o Ensino básico é obrigatório, pelo que, de acordo com informações dos docentes, que não registam absentismo escolar de grande monta, a falta de alunos nas escolas é explicada mais uma vez pela quebra da fecundidade e também pelo êxodo populacional, o que faz denotar um novo quadro social nas freguesias rurais do Alentejo em geral.

De referir que o Ensino Recorrente apenas se encontra na sede de Concelho e na Freguesia de Montalvão, o 1º Ciclo tem 2 turmas cada uma com 12 alunos existindo 5 turmas do Curso Sócio – Educativo prefazendo um total de 75 alunos, cuja faixa etária se situa entre os 18 – 45 anos (99 alunos) na freguesia de Montalvão apenas existe uma turma com 25 alunos cuja faixa etária se situa entre os 22 – 70 anos. Assim o Ensino Recorrente totaliza 124 alunos, sendo a sua frequência maioritariamente nocturna.

O Ensino Profissional está presente no Concelho de Nisa, ainda que os seus cursos sejam essencialmente na área das Novas Tecnologias (Informática; Multimédia e Animação sócio – Cultural e Desporto). No total a Etaproni tem 152 alunos.

A investigação realizada permite concluir que a qualidade de ensino, designadamente do Ensino Básico e Secundário fica muito aquém do desejado, face à nacionalização dos currículos escolares, que exploram o conhecimento sobre a realidade do Litoral, onde de resto está o maior volume da população, deixando o interior votado ao esquecimento, o que aliado à excessiva mobilidade dos professores, os quais muitas vezes não a engrenar na realidade social da comunidade onde trabalham um ano lectivo, desmotiva uns e outros e reflecte-se não raras vezes nas taxas de insucesso escolar.

Em Nisa existe uma Escola que integra simultaneamente o 2º e 3º Ciclos (Escola EB 2/3), a qual apresenta um universo de 133 alunos; o 3º está também presente na Escola Secundária, que é frequentada por 144 alunos do 3º Ciclo e 80 do secundário, totalizando 357 alunos. Podemos constatar que o volume da população estudantil, verificamos que a grande parte provém de Nisa (freguesia), sendo sobretudo significativo na frequência do ensino secundário, o que poderá deixar antever que os alunos das freguesias rurais ou não vão muito além do ensino obrigatório.

A questão agora levantada remete-nos para outra, que é a necessidade de formação profissional. Posteriormente, quando abordarmos o tema, *Emprego/Formação Profissional*, teremos oportunidade de verificar esta e outras problemáticas associadas.

2.3. Saúde

Nisa está dotada de um Centro de Saúde, com 6 médicos de Clínica Geral, para um total de 8748 Utentes, em média 1458 utentes por médico de família. O Centro de Saúde tem 10 extensões localizadas nas freguesias rurais do Concelho, obedecendo contudo a uma descontração geográfica. A periodicidade das consultas e a qualidade de atendimento fica muito aquém das necessidades dos utentes, o que antevê um reordenamento deste serviço a médio prazo.

2.4. A Acção Social

A Acção Social é a “ Pedra Angular” da Rede Social e a item mais sensível do diagnóstico. A população alvo protagoniza medidas especiais de intervenção mercê das suas necessidades, que vulgarmente têm por base a insuficiência de recursos financeiros, dificuldades estas que muitas vezes abrem a porta à exclusão e se reflectem no quotidiano de uma “ pobreza” global.

2.4.1. Equipamentos Sociais

O Concelho de Nisa dispõe de equipamentos de apoio à 1ª Infância, e 9 equipamentos de Apoio à Terceira Idade apoiados pelo Ministério da Segurança Social da Família e da Criança (Instituições Particulares de Solidariedade Social) com os seguintes serviços:

Quadro 6 - Equipamentos Sociais de apoio à 3ª Idade no Concelho de Nisa, por Freguesia em 2004

| Instituição | Valências | N.º Utentes | Localização |
|--|--|-------------|-----------------|
| St. Casa Misericórdia de Alpalhão | Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, ADI/UAI e Creche | 97 | Alpalhão |
| St. Casa Misericórdia de Amieira do Tejo | Centro de Dia e Apoio Domiciliário | 37 | Amieira do Tejo |
| St. Casa Misericórdia de Arêz | Centro de Dia e Apoio Domiciliário | 51 | Arêz |
| Centro de Dia do Pé-da-Serra | Centro de Dia | 19 | Pé-da-Serra |
| St. Casa Misericórdia de Montalvão | Centro de Dia e Apoio Domiciliário | 74 | Montalvão |
| St. Casa Misericórdia de Nisa | Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e UAI | 229 | Nisa |

| | | | |
|------------------------------|--|-----|------------------|
| Centro Social de Santana | Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário | 69 | Monte do Arneiro |
| Centro Social de Monte Claro | Centro de Dia | 15 | Monte Claro |
| Centro Social de Tolosa | Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ATL | 182 | Tolosa |

O Concelho está dotado de nove Centros de Dia, estando abrangidos pela referida valência todas as Freguesias rurais do concelho. Destes equipamentos sete proporcionam Apoio Domiciliário à comunidade.

2.4.2. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

A Comissão de protecção de Crianças e Jovens tem activos 12 processos envolvendo 12 crianças, cujas idades vão desde os 8 até aos 16 anos de idade. Analisando os dados segundo o sexo, constata-se que 66,7% são do sexo masculino e 33,3% do sexo feminino. Quanto ao nível de escolaridade, 3 menores frequentam o 1º ciclo do ensino básico seguindo-se como valor mais significativo, as crianças que frequentam o 5º e 6º / sem o completar.

Dos 12 processos mencionados, a grande maioria foram sinalizados pelos Estabelecimentos de Ensino e Autoridades Policiais.

As problemáticas apresentadas apontam sobretudo para o **abandono escolar**, seguida da desvalorização da escola por parte dos pais, negligência referente às condições mínimas e por ultima a baixa auto-estima. Todos os casos estão a ser acompanhados ao nível educativo e social pela equipa da CPCJ, que integra técnicos de diversas áreas, designadamente de Serviço Social, da Educação, da Justiça, além da Autarquia que preside e coordena todo o trabalho, mediante o qual é possível articular as respostas com outras entidades envolvidas, evitando a duplicação de intervenção nas famílias.

2.3.4. Rendimento Social de Inserção

A Comissão Local de acompanhamento do Rendimento Social de Inserção de Nisa tem como beneficiários da medida 46 indivíduos (processos), envolvendo 39 crianças/jovens e 16 indivíduos na faixa etária dos 30-44 anos, destes 10 são agregados de etnia cigana.

Os agregados familiares beneficiários do RSI do Concelho de Nisa caracterizam-se sobretudo por famílias do tipo nuclear (casa com ou sem filhos), com 4-6 indivíduos por agregado e as habitações têm na sua maioria condições razoáveis.

No que concerne à situação sócio-económica dos agregados, a maioria desenvolve uma actividade, (18 indivíduos em trabalho sazonal e 15 a tempo parcial) a excepção da etnia cigana, cabendo a estes o

segundo valor estatístico. Dado que os beneficiários do RSI têm de subscrever um Programa de Inserção, o qual pode incluir uma ou mais áreas: Saúde, Educação, Acção Social, Formação Profissional, Emprego e Habitação. O acordo assinado vai ao encontro das capacidades e necessidades do agregado e, na falta de trabalho efectivo, estando o beneficiário em condições de trabalhar, será obrigado a aceitar a proposta que lhe for feita pela CLA, sob pena de ver o seu processo cancelado.

2.5. Emprego / Formação Profissional

Relativamente ao tema Emprego e Formação Profissional, foi possível obter dados relativamente ao volume de população desempregada, assim como os cursos de formação implementados ao longo deste ano, de acordo com a área e a população alvo.

2.5.1. Emprego/Desemprego

De acordo com os últimos Censos, verificava-se à data que a população activa potencial (grupo etário dos 15-64 anos) representava cerca de 54% da população residente no Concelho de Nisa.

Quadro 7

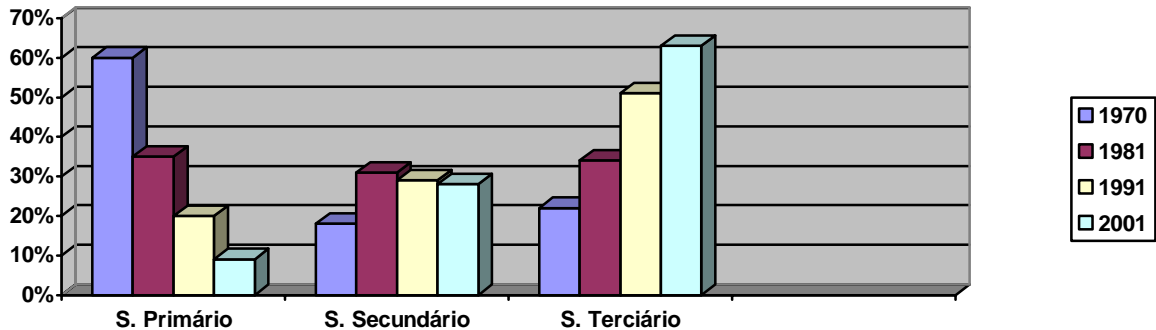
| Grupo Etário | N.º | % |
|---------------------|-------------|-------------|
| 0 - 14 anos | 837 | 10% |
| 15 - 64 anos | 4659 | 54% |
| Mais de 65 anos | 3089 | 36% |
| Total | 8585 | 100% |

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação

Quadro 7– População residente no Concelho de Nisa, por grupos etários, em 2001

No que respeita à sua distribuição pelos diferentes sectores de actividade, observou-se um decréscimo significativo da população empregada no sector primário de 60%, em 1970, para 9%, em 2001 (Figura 6).

Activos empregados por sector de actividade no Concelho de Nisa de 1970 a 2001



Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação (INE, 2001)

Analisando a evolução da estrutura da população activa nos últimos 30 anos, verifica-se que a perda acentuada de expressão do sector primário tem sido “ absorvida” pelo sector terciário, que em 2001 empregava cerca de 63% da população activa. Assiste-se pois, a uma “ terciarização” dos sectores de actividade, mercê do decréscimo de importância em termos de volume de emprego da indústria e da agricultura.

Este facto justifica-se pela quase estagnação do sector secundário, principalmente nos últimos 10 anos, reflexo do fraco desenvolvimento do sector agro-industrial no concelho. As formas industriais existentes são na maior parte dos casos de pequena dimensão e de cariz artesanal, assentando em produtos agro-alimentares como o queijo e / ou em produtos de artesanato local como as rendas, bordados e / ou loiças.

Convém, no entanto realçar que, embora a importância do sector primário tenha diminuído, ainda emprega perto de 10% dos activos empregados em 2001, o que justifica uma atenção muito especial a este sector, nomeadamente nas áreas agro-pecuária, silvo-pastorícia e olivicultura.

Paralelamente, a taxa de desemprego duplicou de 4%, em 1991, para 8% em 2001. Neste âmbito, é interessante realçar o facto de, em 2001, os desempregados à procura de novo emprego serem mais do dobro dos que procuram o primeiro emprego. Em 1991, o número de indivíduos desempregados à procura de primeiro emprego era muito próximo daqueles que procuravam novo emprego.

Tomando em consideração a importância de cada um dos sectores de actividade, em termos de significado da população empregada, torna-se interessante proceder à desagregação e caracterização das suas principais actividades no que respeita aos sectores terciário e secundário.

- **Sector Terciário** – O comércio a retalho representa 6,5% da população empregada no sector. Trata-se de um pequeno comércio de cariz familiar que funciona como elemento de subsistência, caracterizando-se

pela reduzida dimensão dos estabelecimentos existentes, embora em Nisa se assista hoje ao surgimento de outras formas, como por exemplo os mini-mercados. Na realidade, a actividade comercial do Concelho tem mantido a sua estrutura praticamente inalterável.

▪ **Sector Secundário** – O sector secundário apresentou um crescimento efectivo durante a década de 1970/80. Nos últimos Censos a sua importância relativa, em termos de peso da população empregada, manteve-se constante. No Concelho de Nisa, em 1991, 60% das empresas dedicavam-se à produção de alimentos e bebidas, enquanto que 16% se dedicavam à transformação de madeira e descasque de cortiço.

2.5.2. Formação Profissional

A necessidade de formação profissional remete-nos para a questão da qualificação da mão-de-obra, ou seja, não se trata apenas de vocacionar os formandos para o exercício de uma actividade, mas também dar-lhes a possibilidade de completar o seu percurso escolar. Para este efeito, o Centro de Emprego de Portalegre desenvolve acções de formação relativas ao Programa de Aprendizagem, as quais têm uma duração de 3 anos com equivalência escolar (de Nível II – equivalência ao 9º Ano e de Nível III – equivalência ao 12º Ano). A Associação Comercial e Industrial de Portalegre também tem diversos cursos de formação com equivalência escolar ao abrigo do mesmo programa. De resto, quer as instituições referidas, quer ainda a Rumo – Associação de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural de Amieira do Tejo, e a Santa Casa da Misericórdia de Nisa, desenvolvem acções de formação em diversas áreas apoiando grupos – alvo diversificados: jovens, jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, trabalhadores com carência económica, mulheres, entre outros. A formação desenvolve-se tendo como objectivo apoiar a revitalização de actividades tradicionais, assim como a ampliação de novas competências na área dos serviços e ainda de acordo com as necessidades do mercado da região.

Durante o ano 2003 foram desenvolvidos, pela Câmara Municipal/Centro de formação. Cursos à luz do Programa Inserção-Emprego, num total de 15 formandos e do POEFDS, num total 62 formandos.

Pontualmente, existem outros organismos vocacionados para a formação, especificamente na área de apoio à diversificação de actividades agrícolas: empresários agrícolas, gestores de recursos florestais, entre outros. Destes destacam-se a Associação de Agricultores de Portalegre, a CNA, a Trilho – Associação para o Desenvolvimento Rural.

Assim, numa população com baixos níveis académicos, remetidas ao isolamento geográfico e com actividades profissionais irregulares, é fundamental em primeiro lugar, desenvolver percursos individuais de inserção, que avaliem motivações e competências, mas também que proponham estratégias específicas de intervenção para a elevação global destas mesmas competências (pessoais, sociais e profissionais). Esta será também uma das prioridades do **Projecto Rede Social**, que utilizando acções de formação como a Pré-Formação ou as Tecnologias de Informação e Comunicação, o Acompanhamento Psico-social ou a Intervenção Sócio-Comunitária, tentará promover a integração social e profissional desta população, estabelecer parcerias e dinâmicas de co-responsabilização individual e colectiva e, finalmente promotoras de um processo de desenvolvimento que se pretende participado e sustentável.

2.6. Habitação, Habitação Social e Infra-Estruturas de Saneamento Básico

Por não existir, neste momento, dados sistematizados referentes ao nº de fogos e condições de habitabilidade no Concelho de Nisa, não nos é possível fazer uma leitura aprofundada relativamente ao assunto.

Relativamente ao saneamento básico, e uma vez que as freguesias rurais estão apetrechadas da referida infra-estrutura há excepção do aglomerado de Albarrol (Freguesia de Amieira do Tejo), a Autarquia está a intervir na remodelação da rede de águas por todo o Concelho.

No que diz respeito à Habitação Social, Nisa tem um Bairro Social do IGAPHE..

Os motivos de interesse em obter habitação social prendem-se sobretudo com as carências económicas e habitacionais, bem como outras situações (casas de pequenas dimensões, dada a constituição do agregado, famílias que residem com outros familiares, ou ainda agregados que residem em casas cedidas). Esta situação é mais relevante no Centro Histórico de Nisa e nas duas freguesias de maior dimensão do Concelho – Alpalhão e Tolosa.

O Concelho de Nisa tem no seu parque habitacional um número considerável de residências em estado de degradação, sobretudo nas freguesias rurais (especificamente Alpalhão, Arêz, Tolosa, Salavessa) muitas das quais são propriedade de indivíduos que subsistem com dificuldades de vária ordem.

A existência de Programas de Apoio Habitacional possibilitam a realização de obras de beneficiação habitacional para famílias com dificuldades económicas e outras, como o Programa SOLARH e um programa de apoio, que permita a construção de habitação a baixos custos nas zonas rurais. Os beneficiários do RSI têm, como já foi referido, a possibilidade de melhorara as suas condições habitacionais através do Programa de Inserção, sendo na sua maioria agregados residentes nas comuns idades rurais. Dado que existe uma camada da população do Concelho que não pode beneficiar desta medida, por estar enquadrado no sistema de pensões da Segurança Social, o Projecto de Luta Contra a Pobreza – Porta Amiga desenvolve uma acção - *Melhoria das Condições Habitacionais* - que possibilita a melhoria das condições habitacionais da população idosa e deficiente com carências económicas, de modo a criar condições de salubridade, conforto e mobilidade a este grupo - alvo. Tendo sido já executados 23 projectos de intervenção em agregados carenciados, em fase de projecto estão cerca de 4 processos, não se prevendo para ano de 2005 intervenções no âmbito da habitação.

2.7. Associativismo e equipamentos Desportivos e Recreativos

No que diz respeito às associações existentes nas freguesias rurais, estas têm sobretudo um carácter lúdico – recreativo e/ou desportivo e estão presentes um pouco por todo o Concelho. O folclore, a música e as actividades de convívio dominam o tipo de intervenção existente. Porém, existem associações vocacionadas para a cultura tradicional, a Rumo há ainda dois Ranchos Folclóricos que procuram revitalizar o património cultural existente. Nas associações de carácter desportivo dominam a prática de futebol e jogos tradicionais, existindo um espaço próprio para esta prática em todas as freguesias, e a caça e pesca.

No que concerne à Sede de Concelho, para além de existirem associações com índole similar às mencionadas acima, verifica-se a existência de associações de âmbito juvenil e de promoção ambiental – a INIJOVEM e a Nisa Viva, as quais têm como preocupação amplamente dirigida à população juvenil, que visa essencialmente a ocupação dos tempos livres dos jovens, através de actividades culturais, recreativas e desportivas com especial destaque para as actividades de Natureza e Aventura. A Associação Nisa Viva promove a defesa e valorização do património cultural, salvaguardando problemáticas e grupos - alvo de intervenção específicos consoante as necessidades do Concelho (que foram sendo mencionadas ao longo do presente documento).

Relativamente aos equipamentos, estes apresentam uma notória concentração em Nisa e são genericamente os seguintes: Piscinas Cobertas e Piscinas de Verão; um Polidesportivo, uma Biblioteca Municipal, um Cinema, entre outros. Todos os equipamentos mencionados servem a população em geral, para fins sócio-culturais e lúdicos, através das actividades desenvolvidas pela Agenda Cultural da Autarquia e outras entidades, e também para fins curriculares, servindo a comunidade escolar nos seus diversos propósitos (desportivos, culturais e sociais).

2.8. Actividades Económicas

O tema Actividades Económicas, dada a relativa dificuldade na recolha de alguns dados os quais carecem, nesta fase, de actualização, impedem-nos de aferir considerações de maior sobre a realidade do Concelho. Dir-se-á, no entanto, que o Concelho de Nisa é ainda predominantemente rural, pelo que se verifica a predominância do sector primário nas freguesias rurais e uma concentração do sector secundário e terciário na Sede do Concelho. Todavia, no Concelho, o sector secundário estagnou, principalmente nos últimos 10 anos, reflexo do fraco desenvolvimento do sector industrial. As indústrias existentes de pequena dimensão e de cariz artesanal, assentando em produtos agro-alimentares como o queijo, enchidos e/ou produtos de artesanato local como rendas, bordados e olaria pedrada, à excepção de duas médias empresas de transformação de rochas ornamentais.

A preferência pelo sector terciário em Nisa é notória, observando-se uma proliferação de estabelecimentos comerciais. auxiliados pelo sector dos serviços ligados à administração (ensino, saúde, autarquia, etc.) permitiu o aumento de efectivos no sector. A zona industrial, irá permitir a implementação de novos investidores, designadamente privados, no sector da indústria, proporcionando a criação de novas categorias profissionais, através da criação de novos postos de trabalho.

Relativamente ao sector primário, dada a diversidade das capacidades agrícolas do solo, possibilita produções hortícolas e horto - frutícolas de elevado rendimento, bem como o olival, vinha, sobreiros e culturas forrageiras, facilitando a médio prazo também a criação de agro - indústrias, constituindo assim um factor a ter em conta em termos de desenvolvimento. No sector primário destaca-se a extracção de rochas ornamentais, nomeadamente o granito.

Capítulo III – Breve Reflexão das Informações Recolhidas

As problemáticas de maior incidência relativamente à população do Concelho de Nisa relacionam-se com a desertificação das zonas rurais, as quais, para além de viverem um processo de perda de população, por êxodo e pela quebra de fecundidade, são constituídas maioritariamente por população idosa. Nestas comunidades e devido às razões agora focadas, vão sendo encerrados os serviços de primeira necessidade, contribuindo para um agravamento das condições de vida. A política de saúde justificada pelo mau funcionamento das extensões dos Centros de Saúde leva-nos ao aumento das dificuldades desta população idosa, que a muito custo tem de se deslocar à Sede de Concelho. A inexistência de Apoio Domiciliário Integrado, assim como a má distribuição dos equipamentos de apoio à 3ª idade, aliados à precariedade habitacional, são factores de preocupação que necessitam de uma intervenção cuidada e planeada.

A carência em termos formativos é outra prioridade de intervenção e muito embora esteja a ser feito, um esforço no sentido de contornar esta situação, os resultados são ainda escassos e/ou limitativos relativamente à população - alvo a abranger: a criação da Medida de Rendimento Social de Inserção procura fazer face às situações de pobreza e exclusão social existentes no país, mas só por si não satisfaz as necessidades da população carenciada, pois os critérios de selecção eliminam outros casos sociais considerados. Relativamente às políticas de intervenção na área da formação e inserção profissional, têm sido criados Programas, os quais privilegiam quase sempre beneficiários do RSI, deixando de fora a população não abrangida por esta medida, o que dificulta a adequação dos resultados. Se o RSI serve uma camada importante de indivíduos desfavorecidos, aqueles que, ou porque beneficiam do sistema de pensões da Segurança Social, ou porque têm rendimentos acima dos limites mínimos, muitas vezes empregados em situação precária e sem formação que lhes possibilite abrir o loque de expectativas em termos sócio-profissionais, ficam excluídos da possibilidade de uma integração social plena através destes incentivos.

O desemprego existente no Concelho, caracterizado pelas baixas qualificações da categoria e ainda pela sua incidência no sexo feminino, deixam antever uma política alternativa que procure solucionar o actual estado de coisas. A ausência de equipamentos especializados em áreas sociais específicas, como a gravidez e monoparentalidade na adolescência, toxicodependência (prevenção e tratamento) é uma das preocupações do CLASN, dada a sua incidência no concelho, tornando fundamental uma intervenção baseada na prevenção através de um esforços conjunto de agentes educativos, associações de pais, organismos oficiais e população em geral.

Neste sentido, apresentam-se agora, esquematicamente, os principais problemas e ameaças, mas também os principais recursos e potencialidades disponíveis no Concelho.

PROBLEMAS

DEMOGRAFIA

- ☺ Desertificação rural: as freguesias rurais apresentam um decréscimo populacional acentuado, com implicações em todos os sectores da sociedade (Educação, Habitação, Acção Social, Saúde, Actividades Económicas);
- ☺ População envelhecida – fenómeno do duplo envelhecimento; (a população com mais de 65 anos representa 36% da população residente)
- ☺ Aumento da população isolada, especialmente a idosa. Consequente agravamento da qualidade de vida, face à falta de qualidade ou à ausência de serviços primários nas freguesias rurais (Extensões do Centro de Saúde, Correios, entre outros); dificuldade sentida em se fazer deslocar à Sede de Concelho por falta de transporte próprio e pela limitação da rede de transportes públicos cuja rede está dependente da rede de transportes escolares);
- ☺ Não substituição das gerações;
- ☺ Existência de população deficiente com algum significado estatístico, designadamente deficientes mentais;

HABITAÇÃO

- ☺ Existência de um número significativo de interessados em obter habitação social, face ao baixo rendimento dos agregados ou ao excessivo valor das rendas;
- ☺ Degradação do parque habitacional, sobretudo rural;
- ☺ Falta de condições de salubridade e conforto, prejudica o bem-estar particularmente de idosos e deficientes;

EDUCAÇÃO

- ☺ Distância das Freguesias relativamente aos Centros Educativos;
- ☺ Diminuição acentuada dos alunos do 1º ciclo (3 escolas com menos de 10 alunos num universo de 6);
- ☺ Pouca flexibilidade e desadequação dos currículos escolares em relação à realidade local;
- ☺ Pouca flexibilidade de horários e carências de estruturas de apoio (ATL' s) do ensino Pré-Escolar Público, dificultando assim a organização familiar;

- ☺ Taxa de analfabetismo de 21,3%;
- ☺ Elevadas taxas de insucesso escolar, especialmente Ensino Secundário;
- ☺ Déficit de Ensino Recorrente e de Cursos de Alfabetização nas freguesias rurais (apenas uma freguesia possui ensino recorrente);
- ☺ Deficit de espaços ATL´s públicos na Sede de Concelho para alunos das freguesias rurais

ASSOCIATIVISMO

- ☺ Concentração de Associações e Equipamentos na Sede de Concelho;
- ☺ Pouca diversidade de actividades nas Associações (que privilegiam o futebol)

SAÚDE

- ☺ Limitação dos serviços de saúde, (Escassez ao nível de recursos humanos e equipamentos de saúde);
- ☺ Falta de pessoal técnico na área da saúde;
- ☺ Má localização das farmácias (que se concentram na Sede de Concelho);
- ☺ Deficit na qualidade de funcionamento das Extensões de Saúde, quer ao nível do atendimento, quer ao nível da periodicidade das consultas;

ACÇÃO SOCIAL

- ☺ Falta de serviços de apoio familiar à 1ª e 2ª infância à e aos idosos, a população procura respostas no exterior;
- ☺ População RSI; significativa representatividade no escalão etário “ 0 – 14 anos” , representando assim um aumento da população dependente;
- ☺ Precariedade habitacional de alguns agregados (degradação do espaço residencial e ausência de instalação sanitárias);
- ☺ Processos da CPCJ associados à problemática do abandono/absentismo escolar, e à negligência;
- ☺ Sobrelotação de equipamentos de apoio à 3ª idade na Sede de Concelho e mal distribuídos nas freguesias rurais;

- ☺ Deficit de apoio domiciliário integrado;
- ☺ Carência de técnicos de Serviço Social, no terreno (inexistência de apoio técnico principalmente nas instituições de apoio à 3ª idade);
- ☺ Falta de equipamentos de apoio à problemática sociais específicas: Toxicodependência (prevenção e tratamento) e gravidez na adolescência;

EMPREGO / FORMAÇÃO

- ☺ Elevada taxa de desemprego no Concelho (8,8%) comparativamente aos valores nacionais (4,2%).
- ☺ Maior incidência de desemprego feminino (6,0%), nomeadamente o de longa duração;
- ☺ Valores estatisticamente significativos de desemprego:
 - em população jovem (sobretudo no escalão etário “ 18 – 24 anos” ;
 - em indivíduos com mais de 35 anos;
 - de população que procura novo emprego;
 - de pessoas com baixa qualificação;
- ☺ Carência de mão-de-obra qualificada;

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ☺ Incidência das actividades do Sector Primário no Concelho, mantendo-se a concentração do Sector Secundário e Terciário na Sede do Concelho, (63,,5% dos activos empregados);
- ☺ Actividade agrícola condicionada recentemente pelos incêndios que devastaram o Concelho (Agosto 2003), 51% da área do Concelho foi devastada;
- ☺ Potencialidades natas ao nível do turismo muito subaproveitadas.

RECURSOS

DEMOGRAFIA

- ☉ Aumento do volume de população na Sede de Concelho (resultado de uma concentração em detrimento das freguesias rurais);

HABITAÇÃO

- ☉ Projectos de Apoio Social (SOLARH);
- ☉ Existência de um programa de apoio que permita a construção de habitação a baixos custos nas zonas rurais;

EDUCAÇÃO

- ☉ Existência de uma rede de transportes escolares, efectuando paralelamente a carreira normal;
- ☉ O apoio e orientação dos alunos no seu percurso educacional e profissional realizado por um Gabinete de Apoio Psicológico e de uma UNIVA no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento na CMN;
- ☉ Existência de cursos de Ensino Recorrente e Alfabetização nas freguesias rurais, melhoria ao nível de instrução, nomeadamente nas camadas mais idosas;

SAÚDE

- ☉ Existência de clínica privada com serviços diversificados na área da saúde;
- ☉ Existência de serviços privados, quer ao nível da medicina física e reabilitação;

ACÇÃO SOCIAL

- ☉ Existência de Projectos direccionados para a resolução de problemáticas específicas (Projectos de Luta Contra a Pobreza, Progrir, Ser Criança, Programa Escolhas, Programa Vida- Emprego, etc);
- ☉ Existência de equipamentos que podem ser reutilizados (escolas e sedes de associações desactivadas) para fins sociais;

- ☺ Existência de equipamentos de apoio à infância e à 3ª idade na Sede de Concelho;
- ☺ Existência de outros equipamentos de apoio: a crianças em risco; e à população carenciada ;

EMPREGO/FORMAÇÃO

- ☺ Existência de cursos de formação em áreas programáticas;
- ☺ Possibilidade de ocupação temporária nomeadamente através de POC' s e Estágios Profissionais, favorecendo a plena integração no mercado de trabalho a jovens com formação média e superior;
- ☺ Existência de um plano pessoal de emprego que visa a orientação profissional da população em geral;
- ☺ Possibilidade de criação de empresas de inserção;
- ☺ Apoio à criação de auto- emprego;

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ☺ Existência e Projectos de Apoio à Agricultura;
- ☺ Incentivo à criação de Micro-Empresa e PMEs;
- ☺ Existência de infraestruturas na zona industrial, o que incentiva ao investimento privado, e à criação de novos postos de trabalho;

AMEAÇAS

DIAGNÓSTICO SOCIAL

- ☹ Continuação da diminuição da população;
- ☹ Tendência para o êxodo rural, designadamente jovem, senão forem implementadas medidas correctoras;

EDUCAÇÃO

- ☹ Possibilidade de encerramento de escolas do 1º Ciclo por falta de alunos;
- ☹ Elevadas taxas de absentismo e abandono escolar;

ASSOCIATIVISMO

- ☹ Pouca diversidade das acções desenvolvidas pelas associações;
- ☹ Carência de voluntariado associativo;

ACÇÃO SOCIAL

- ☹ Deficit de pessoal técnico na Área Social;
- ☹ Aumento de situações de subsídio-dependência;
- ☹ Dificuldade de integração sócio-profissional de algumas famílias carenciadas;
- ☹ Falta de (in)formação por parte da população “ excluída” , dificultando a plena aplicabilidade dos programas e medidas;

EMPREGO / FORMAÇÃO

- ☹ Alguma dificuldade em contornar a situação de desemprego dadas as suas características (baixas qualificações);
- ☹ Dificuldade de colocação da população desempregada.

POTENCIALIDADES

DIAGNÓSTICO SOCIAL

- ☺ Captação de fundos comunitários, designadamente através do QCAIII, e da administração central para a dinamização das freguesias do Concelho a vários níveis;
- ☺ Criação do Observatório Social que irá permitir uma investigação mais sistematizada, proporcionando a resolução atempada dos problemas e a optimização das medidas preconizadas pelos Agentes de Desenvolvimento Local/Regional;
- ☺ Implementação da Rede Social que permitirá a concentração de medidas sociais de intervenção;

DEMOGRAFIA

- ☺ Aumento de índices de urbanidade na Sede de Concelho;
- ☺ Aumento da população flutuante, (associada a actividades turísticas sazonais: cinegética, termas) designadamente estudantil e corpo técnico do Novo Complexo Termal, que poderá fixar residência e constituir uma fonte de receitas para o Concelho;
- ☺ Aumento da população idosa, utilizada como uma mais valia de transmissão de saber (valores e saberes culturais);

ASSOCIATIVISMO

- ☺ Existência de Associações em quase todas as Sedes de Freguesia do Concelho que poderão vir a ser dinamizadas;
- ☺ Valorização de auto-estimas locais. Promoção e apoios financeiros ao reforço do cooperativismo / associativismo;

ACÇÃO SOCIAL

- ☺ Criação de novos projectos e canalização de novos investimentos para a área da Acção Social;
- ☺ Criação de um Serviço de Apoio Domiciliário integrado em todas as freguesias do Concelho;
- ☺ Possibilidade de integração de pessoal técnico especializado nos vários projectos de âmbito social, designadamente nas freguesias rurais;

- ☺ Criação de espaços inter-geracionais nas principais freguesias do concelho;

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- ☺ Diversidade do solo agrícola, possibilitando produções de alto rendimento (fomentação da agricultura e pecuária dando assim surgimento de agro-industriais);
- ☺ Alterações das acessibilidades do Concelho através da conclusão da A23, permitirá a melhoria das comunicações;
- ☺ Criação de espaços de desenvolvimento turístico que permita atrair novos investidores e turistas;
- ☺ Promoção / Criação de apoios financeiros à produção, transformação e comercialização dos produtos de qualidade reconhecida;

Tendo em conta os constrangimentos inventariados podemos então sistematizar as necessidades do território (Concelho de Nisa) de intervenção da Rede Social em três vectores essenciais:

Necessidade de reduzir o isolamento das populações. Propõe-se assim a instalação de Pólos de Desenvolvimento e Inserção, que pela sua proximidade às populações contribuam para uma maior acessibilidade aos diferentes serviços, identifiquem e sinalizem as suas necessidades, lançando igualmente o desafio de gerar e desenvolver as forças necessárias para dotar a comunidade local de outro dinamismo.

Necessidade de promover a melhoria dos níveis de bem estar social da população residente. Não existem no território de intervenção do projecto, instituições centradas em processos de desenvolvimento globais, que para além do colmatar das necessidades imediatas sentidas pelas famílias, perspectivem a co-responsabilização colectiva na criação de respostas promotoras do bem estar social das populações.

Necessidade de melhorar o apoio à comunidade local em relação à sua inserção social e profissional. Tendo em atenção os baixos níveis académicos e profissionais das populações é fundamental delinear processos de acompanhamento individualizados, bem como formativos que visem a integração social e profissional desta população.

CAPÍTULO IV – Plano de Intervenção para o Concelho de Nisa.

Linhas Estratégicas e Objectivos Específicos

Perante o Diagnóstico apresentado e avaliadas as problemáticas segundo o seu grau de incidência e respectivas inter-relações, fez-se uma sistematização do que se prevê como fundamental para prosseguir o processo de desenvolvimento sustentado do Concelho. Assim, a seguir apresentam-se as linhas estratégicas de acção e os respectivos objectivos específicos



| Linhas Estratégicas de Acção | Objectivos Específicos |
|---|---|
| <p>- Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social</p> <p>+ Valorização dos Recursos Endógenos do Concelho</p> <p>→ Reforço e optimização dos Serviços de assistência e segurança Social</p> | <p>- Criação de um Observatório Social do Concelho;</p> <p>- Promover a realização de estudos de suporte ao processo de tomada de decisão sobre acções e projecto a levar a cabo no âmbito social;</p> <p>- Reforçar a Rede de parcerias no Concelho para elaborar planos comuns de intervenção no território</p> <p>- Apresentar candidaturas comuns no âmbito social a Programas Comunitários;</p> <p>+ Revitalizar as Zonas rurais mais populosas;</p> <p>+ Aproveitar a mais valia do saber da população idosa crescente;</p> <p>+ Revitalizar os hábitos de solidariedade e vizinhança no sentido de responder aos problemas de isolamento de algumas populações;</p> <p>+ Criar espaços inter-geracionais no meio rural;</p> <p>+ Inventariar as necessidades concelhias a nível social;</p> <p>→ Fomentar acções concentradas de combate à pobreza e à exclusão social;</p> <p>→ Criar redes de serviços de complementaridade de apoio às populações mais isoladas (rurais), alargando o leque de equipamentos e serviços públicos de apoio à Infância e 3ª Idade;</p> |



| | |
|--|---|
| <p>◆ Promoção do aumento da qualidade/equidade de oportunidades de acesso ao sistema de saúde</p> <p>◦ Definição de uma política educativa adequada à realidade local e regional</p> | <p>→ Diversificar o “ Serviço Social” prestado no Concelho, respondendo aos problemas sociais específicos (deficientes, mães adolescentes, toxicodependentes e famílias);</p> <p>→ Incentivar a integração na vida activa das mulheres (Empresas de Inserção);</p> <p>◆ Articular/organizar os recursos de saúde, a partir das necessidades da comunidade que serve;</p> <p>◆ Colmatar lacunas na rede de extensões de saúde na região;</p> <p>◆ Adaptar as extensões de saúde às necessidades das populações;</p> <p>◦ Incentivar a aplicação da telemedicina, tornando o acesso a médicos especialistas mais fácil;</p> <p>◦ Captar investimento privado na área da saúde;</p> <p>◦ Readaptar os espaços desactivados das escolas do 1º ciclo, para novas funções de apoio à comunidade;</p> <p>◦ Melhorar a qualidade de ensino, tirando partido da diminuição do número de alunos no ensino básico e secundário;</p> <p>◦ Incentivar dinâmicas associativas locais;</p> |
|--|---|



| | |
|---|---|
| <p>⚙ Reabilitar o Parque Habitacional Rural</p> <p>♠ Dinamização do movimento associativo existente no Concelho</p> | <ul style="list-style-type: none"> ◦ Intensificar as relações entre os diversos níveis de ensino; ◦ Alargar o número de Cursos de Ensino Recorrente e de Alfabetização a outras freguesias rurais; ◦ Criação de espaços de ATL na Sede de Concelho para alunos provenientes do meio rural; <p>⚙ Criar condições de salubridade e conforto no parque habitacional rural, particularmente nas habitações de idosos e deficientes;</p> <ul style="list-style-type: none"> ♠ Incentivar o ressurgimento do voluntariado por forma a promover a dinamização das associações existentes no Concelho; ♠ Incentivar a criação de associações juvenis; ♠ Promover a diversificação das actividades do movimento associativo; |
|---|---|

CAPÍTULO V - Rede Social e Complementaridade: Projectos Sociais em Curso

O Desenvolvimento Local é um conceito e uma prática que encerra uma perspectiva global e estruturante. Nesta perspectiva, todos devem ter plena consciência do papel que lhes cabe, mediante os princípios de uma cidadania participada e responsável.

Baseado nas necessidades da população do Concelho de Nisa, que têm vindo a ser coordenados projectos e articuladas mediadas de intervenção.

O Projecto de Luta Contra a Pobreza – *Porta Amiga*, no terreno Novembro desde 2001, tem em vista estabelecer e consolidar parcerias para quebrar o isolamento, geográfico e social, de grupos sociais mais desfavorecidos, intervindo na satisfação das suas necessidades quotidianas (saúde, habitação, educação, tempos livres, cultura), por forma a promover a autonomia dos indivíduos, favorecendo as relações de grupo. Os grupo-alvo privilegiados, tendo em conta ao diagnóstico concelhio são os jovens e mulheres com baixas qualificações profissionais, tornando-se um dos principais factores de exclusão no mercado de trabalho, a 3ª idade, famílias monoparentais carenciadas, jovens em risco (alcoolismo, toxicoddependência e delinquência). De modo generalizado, pretende-se intervir na população do Concelho no seu todo, assim como poderão usufruir das restantes acções que este projecto encerra: os idosos e deficientes (com problemas económicos) poderão beneficiar de uma intervenção adequada na sua habitação para a criação de condições mínimas de salubridade e conforto; o quotidiano destes grupos é dinamizado mediante e implementação dos Pólos de Apoio à Comunidade; o desenvolvimento de acções de formações de aperfeiçoamento profissional.

As crianças /jovens em risco e suas famílias são apoiados pelo CADIJN (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil e Juvenil de Nisa), os toxicoddependentes são encaminhados para tratamento de saúde e/ou procurando a sua (re)inserção sócio-profissional através da parceria com o Programa Vida-Emprego.

A população beneficiária do RSI, pelos elementos que as caracterizam, são um grupo genericamente visado pelas medidas de política social, consideradas assim quer pelos Projectos de Luta Contra a Pobreza, quer por outros projectos e medidas, promovendo a sua gradual reintegração social.

Conjuntamente com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, pretende-se prevenir e encaminhar situações de risco, através de um conjunto de acções concretas, contribuindo para o desenvolvimento integral e harmonioso do grupo visado, incentivado a cidadania.

O Luz e Sombras – Projecto de Desenvolvimento Social, é uma candidatura à Medida 5.1 do III Quadro Comunitário de Apoio – Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social e está vocacionado para uma aproximação entre a comunidade e os seus recursos. Deste modo, desenvolve acções de dinamização rural e comunitária. O Projecto **Luz e Sombras** pressupõe ainda uma forte componente informativa e de divulgação, integrando acções como Seminários (abordando assuntos de

interesse local), e fazer a divulgação de serviços, equipamentos e publicações de documentos de âmbito social.

A Rede Social tem a preocupação de estudar e sistematizar os dados recolhidos sobre as várias problemáticas sociais do Concelho, produzindo indicadores que conduzem à intervenção Social.

As suas premissas essenciais assentam no desenvolvimento de uma cultura de parceria, entendido como o envolvimento sistemático de todas as entidades públicas e privadas que actuam numa comunidade, procurando a optimização e eficácia de todas as medidas e projectos criados, assim como um envolvimento real e consciente dos agentes de desenvolvimento. Deste modo, através de uma planificação estratégica, procura-se promover o desenvolvimento social local, servindo a complementaridade das várias políticas para a unificação de esforços e recursos e para a integração de projectos de diferentes parceiros locais, numa acção concertada e coerente.

Este é já um longo caminho percorrido, cujo esforço resultou na concretização de algumas metas, mas o tempo não pára e a realidade está sempre em mutação, é necessário continuar a investir e empreender, para que seja possível alcançar resultados na base do sucesso.

CAPITULO VI – PROJECTOS DE INTERVENÇÃO

O Desenvolvimento Social só pode ser promovido se for integrado numa política global, construída sobre os pilares da modernidade, igualdade de oportunidades e sob uma abordagem integrada.

As medidas de intervenção deverão focalizar a atenção meio rural, porque quando este morre, é também uma parte das cidades que desaparece. O envelhecimento crescente da população e o seu progressivo isolamento colocam em jogo espaços de lazer, comunidades locais, espaços de vida ricos em tradição, mas também o potencial de criação de empregos das zonas rurais é considerável, se se pensar no sector dos serviços. Isto implica por em prática condições de base do desenvolvimento: sem infra-estruturas modernas, as empresas não investirão, o turismo não será atractivo e na falta de empregos, o êxodo da população persistirá.

É necessário e urgente perceber os meios e as finalidades do desenvolvimento; é em grande parte, apostar na riqueza e diversidade da sua identidade e do seu património cultural, que a Região vai poder desenvolver actividades económicas geradoras de valor acrescentado – Simultaneamente, a afirmação da identidade cultural e a melhoria da qualidade de vida induzidas por estas actividades reforçam o orgulho dos naturais e o seu sentimento de pertença a um território, garantias de sobrevivência e de desenvolvimento.

Com base nestes pressupostos, tentámos conceber alguns projectos que constituíssem respostas concretas aos problemas apresentados no diagnóstico. Contudo, as hipóteses apresentadas deverão ser entendidas, não como um produto acabado, mas sim como um instrumento de trabalho cujos pressupostos e metas deverão ser continuamente discutidos e redefinidos, contribuindo assim para a construção de uma política regional de desenvolvimento social e cultural.

Todas as iniciativas previstas decorrerão das dinâmicas instaladas por dois Projectos Estruturantes: **O Observatório de Diagnóstico Social e os Pólos de Desenvolvimento e Inserção.**

5.1. Observatório de Diagnóstico Social

Acção 1.1. Acções de Diagnóstico, Estudos, Planificação e Avaliação

Pretende-se que este seja um serviço de diagnóstico, organização, análise e implicação de dados no processo de planeamento, realização e avaliação de iniciativas de desenvolvimento sócio-comunitário.

Tendo em conta que o fenómeno da exclusão social, na sua multiplicidade de dimensões, tem vindo a assumir características preocupantes, tanto a nível rural como urbano, torna-se premente caracterizar determinados territórios que possibilitem obter um retrato deste fenómeno.

Deste modo pretende-se, num diagnóstico social dos territórios a abranger em termos de intervenção, descrever através de indicadores precisos, esse retrato, representando a exclusão, nos diferentes grupos por ela efectivamente abrangidos.

A incidência reside em metodologias de investigação-acção que antecedam a preparação dos projectos, acompanhem o seu desenrolar, avaliem os seus resultados e perspectivem a sua sustentabilidade.

Tal metodologia assume particular importância quando aplicada à realidade multidimensional de um qualquer contexto social, em função da resolução de alguns estrangulamentos e/ou em função do planeamento de estratégias de desenvolvimento integradas e participadas.

Relativamente ao funcionamento do Observatório, perspectiva-se a sua estruturação em 3 níveis de actuação:

1. Recolha e Tratamento de Dados;
2. Investigação Social;
3. Acompanhamento e Avaliação.

A partir de toda a informação recolhida no âmbito deste Observatório serão também reajustadas as acções previstas em projecto, bem como definidas as estratégias de avaliação das mesmas.

OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar um quadro caracterizador e descritivo da zona geográfica de intervenção que contemple simultaneamente a sistematização dos constrangimentos e das potencialidades.
- Disseminar os resultados recolhidos, nos diferentes territórios.
- Contribuir para o conhecimento e diagnóstico da exclusão social.
- Reajustar a execução do projecto as reais necessidades das populações e actores locais.

Os Destinatários

- São destinatários desta acção todos os beneficiários do Projecto residentes nos territórios de intervenção, públicos em situação ou risco de exclusão social, autarcas e actores chave locais, como técnicos da área social e outros.

A METODOLOGIA

- Selecção de indicadores, por factor de exclusão e por grupo vítima de exclusão;
- Recolha de dados estatísticos (INE, IEFP, Segurança Social e outros organismos);
- Cruzamento de informação sobre grupos sociais e factores de exclusão;
- Elaboração de materiais de recolha de informação e de registo de execução do Projecto;
- Tratamento e sistematização da informação.

OS RESULTADOS

- Publicação do Diagnóstico Social.

- Bases de Dados dos Grupos Vulneráveis residentes no território e dos recursos existentes
- Identificação dos constrangimentos e potencialidades do território de intervenção.

5.2. Pólos de Desenvolvimento e Inserção

Como foi referido na contextualização pretende-se rentabilizar infra-estruturas já existentes, descentralizando assim os serviços criados no âmbito do projecto, quebrando o isolamento inerente à ruralidade e à desertificação do território.

Os **Pólos de Desenvolvimento e Inserção** serão implantados, (ou nas instalações afectas aos serviços de saúde locais que ficarão disponíveis após o seu encerramento), ou em outros espaços que venham a ser cedidos pelas Juntas de Freguesia, IPSS' s locais, Associações, etc. Para assegurar o funcionamento destes espaços, contar-se-á com a disponibilidade de um responsável (Agente de Desenvolvimento Local - ADL) e com a participação da comunidade local, esperando-se que estes Pólos sejam dinamizados em cooperação com a equipa técnica multidisciplinar, de acordo com a sua supervisão e a programação prevista, partilhando tarefas de forma articulada.

Assim, estes Pólos concentrarão a sua intervenção em dois domínios específicos: o *desenvolvimento local* e a *inserção social e profissional* de públicos vulneráveis à pobreza e exclusão social.

A equipa multidisciplinar proposta será assim uma equipa itinerante, que irá contracenar com os actores locais das zonas de intervenção dos **Pólos de Desenvolvimento e Inserção**, fazendo apelo às sinergias locais. A importância da articulação entre a equipa e os Pólos é fundamental para a rentabilidade do projecto, residindo aqui a sua principal inovação, já que a mesma equipa técnica fornecerá apoio aos diversos Pólos criados. A adequação dos serviços, permitindo uma gestão flexível, diminuirá os encargos económicos sem afectar a qualidade dos mesmos, dada a replicação das intervenções.

Tendo em conta a rotatividade da Equipa pelos Pólos, as mesmas acções poderão estar acessíveis a um vasto leque populacional com custos mínimos, dado que as campanhas veiculadas por esta equipa podem ser replicadas nas diferentes localidades.

Apesar da sua rotatividade, os serviços não ficam limitados no seu atendimento, permanecendo disponível o Agente de Desenvolvimento Local do Polo que estará em contacto directo com a equipa: é crucial a sua importância, ao estabelecer a ligação entre a equipa e a comunidade. O seu papel é fundamental na dinamização das comunidades, no estabelecimento de parcerias com as entidades locais e na promoção e descentralização das diferentes intervenções da Equipa.

Em síntese, o Agente de Desenvolvimento Local deverá estar próximo das populações e auscultar as suas necessidades, mas simultaneamente deverá também procurar encaminhá-las para a Equipa, por forma a que estas situações sejam enquadradas na estratégia de desenvolvimento local, procurando as respostas e recursos adequados.

Assim, os Pólos de Desenvolvimento e Inserção terão como objectivos:

- Disponibilizar Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (que prevê: acolhimento - identificação e registo da informação; diagnóstico individual: avaliação psicossocial e avaliação sócio- profissional);

- Fazer o levantamento e diagnóstico das condições sócio-económicas dos públicos desempregados e/ou em risco de exclusão;
- Realizar Sessões de Balanço de Competências Pessoais e Profissionais;
- Desenvolver Sessões de Informação dirigidas à população;
- Promover Acções de Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Realizar Encontros Temáticos;
- Promover acções de animação sociocultural;
- Identificar necessidades de formação/qualificação dos públicos vulneráveis à exclusão social e pobreza, por forma a definir conteúdos de formação ajustados às necessidades detectadas naquelas populações, bem como à oferta local de emprego;
- Estabelecer contactos com o tecido empresarial e associativo, por forma a aprofundar os conhecimentos sobre as atitudes em relação à contratação, os obstáculos e oportunidades, necessidades, critérios de selecção, etc.;
- Sensibilizar as entidades empregadoras para a integração de públicos socialmente desfavorecidos e manter contactos flexíveis e permanentes com os observatórios de emprego;
- Realizar campanhas de difusão de legislação.

Conhecer, Saber e Intervir

- 1.6. Acções de dinamização e de apoio ao estabelecimento de parcerias locais e ao fomento da cooperação com entidades públicas e privadas.

Pretende-se desenvolver sessões/grupos de trabalho para técnicos ou dirigentes ligados de algum modo à área da intervenção social. Como é do conhecimento geral, nas últimas décadas a intervenção social ganha uma nova dimensão pela mudança de paradigmas no domínio das Políticas Sociais. Surgem as denominadas Políticas Sociais Activas, entre as quais se destaca claramente o Rendimento Social Inserção, que assentam no envolvimento dos beneficiários, na construção do seu projecto de vida e que supostamente devem implicar toda a sociedade (instituições públicas e privadas) na procura de respostas e recursos facilitadores dos programas de inserção definidos. A questão central é que a sociedade portuguesa não estava ainda preparada para esta nova filosofia de intervenção, não estavam as instituições públicas, nem a sociedade civil, para a verdadeira cidadania participativa. Então teremos todos; técnicos, dirigentes, políticos e comunidade conseguir questionar as nossas práticas quotidianas e ajustarmos os nossos modelos de funcionamento a esta nova realidade. As sessões aqui previstas pretendem no fundo criar estes momentos de reflexão, que poderão em determinadas alturas ter um carácter mais formativo/ informativo, e noutras, simplesmente de concertação de intervenções.

Os OBJECTIVOS

- Reforçar as competências profissionais;
- Capacitar os agentes de intervenção social que actuam junto das populações de extrema vulnerabilidade e exclusão social, para o desenvolvimento de estratégias de acção mais eficazes e próximas dos seus destinatários;
- Abordar e analisar conceitos, políticas e práticas em torno da exclusão social explorando casos práticos, proporcionando a reflexão e sublinhando a importância da acção local no seu combate.

Os Destinatários

- Técnicos;
- Líderes e Políticos locais;
- Dirigentes de instituições;
- Voluntários.

A METODOLOGIA

- Realizar sessões/grupos de trabalho dirigidos aos técnicos de intervenção social;
- Convidar especialistas no domínio da exclusão social;
- Troca de experiências, transferência de conhecimentos sobre situações concretas.

Os Resultados

- Reforçar os conhecimentos profissionais;
- Aumentar a eficácia das estratégias de acção;
- Melhoria das relações inter-institucionais.

Nisa em Rede

1.7. Informação e sensibilização dirigidas aos diversos agentes económicos e sociais, locais e regionais e à comunidade em geral, destacando-se os parceiros em geral e os agentes económicos.

Na perspectiva de desenvolver um trabalho multidimensional, será fundamental a articulação de serviços existentes. Assim, a equipa desenvolverá uma intervenção inter-institucional e inter-sectorial. Para tal mobilizará as redes de parcerias já constituídas (*Núcleo Executivo do RSI e Rede Social*).

Assim, não se pretende a constituição de mais um fórum, mas sim a mobilização daquelas instituições que ainda não integram esta rede parcerias, nomeadamente as entidades empresariais. Pretende-se ainda mobilizar e dinamizar as Associações Recreativas, Culturais ou Desportivas, uma vez que estas se encontram também afastadas da intervenção social, apresentando serias dificuldades de organização e gestão interna. Sentir-se-á o reforço e consolidação das parcerias já estabelecidas, através da colaboração contínua em torno das acções e objectivos previstos em Projecto, planificando, discutindo antecipada e continuamente as iniciativas propostas, em parceria, nomeadamente através dos laços estabelecidos com as Escolas, Associações Locais, Juntas de Freguesia, IPSS e outras Instituições/Serviços, com intervenção nos territórios alvo.

Os OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer parcerias locais que possam contribuir para a planificação, realização, e avaliação das acções previstas em Projecto;
- Informar e clarificar técnicos, dirigentes e actores-chave locais sobre a temática da exclusão, em particular a que afecta a etnia cigana e efectuar um balanço do trabalho desenvolvido em cada semestre de execução do projecto bem como planificar as actividades do semestre seguinte;
- Providenciar respostas a casos-problema que carecem de resposta urgente e definir estratégias futuras de resolução de novas situações;
- Envolver os parceiros nas actividades do projecto de forma a rentabilizar os recursos humanos;
- Melhorar e desenvolver a cooperação interinstitucional;
- Actuar em parceria de modo a garantir a participação de todos os actores na intervenção proposta.

Os DESTINATÁRIOS

- Constituem-se como destinatários desta acção todos os beneficiários do Projecto, nomeadamente as famílias envolvidas nas diferentes acções, autarcas e actores chave locais, como técnicos da área social e outros.

A METODOLOGIA

- Quatro reuniões de parceiros (duas reuniões por ano);
- Participação nas Redes Sociais concelhias;

Os RESULTADOS

Com esta acção será possível o sensibilizar/informar os diferentes actores locais, em prol do conhecimento e acção em parceria em torno dos objectivos do Projecto, e de uma acção local que compreenda o fenómeno da exclusão social, promovendo a inclusão dos públicos beneficiários do Projecto.

MEDIDA 5

Acção de Formação - Desenvolvimento de Competências Pessoais, Sociais e Relacionais

2.2. Acções sócio-profissionais ou de pré-formação (...)

A valorização do emprego qualificado implica que os conhecimentos e a informação disponível e acessível às pessoas sejam compatíveis com essas exigências; porém, muitas não possuindo essas competências mínimas são inexoravelmente remetidas para situações de desemprego de longa duração, das quais dificilmente sairão a menos que sejam tomadas medidas efectivas de promoção da educação e sobretudo do Desenvolvimento de Competências Pessoais Básicas da população em geral, acreditando-se como necessário que em relação à população adulta estas estratégias sejam implementadas em contexto comunitário, de acordo com programas específicos para esse fim. Pretende-se aumentar as atitudes positivas e proactivas de pessoas carenciadas, com dificuldades em aceder a empregos cada vez mais exigentes e qualificados, pois só assim poderão ultrapassar as lacunas visíveis a este nível.

Estas estratégias visam a formação de adultos, a dinamização, orientação profissional e inserção no mercado de trabalho, pelo aumento da consciência pessoal e social, pelo desenvolvimento de aptidões e competências para lidar com as exigências contemporâneas, compreensão das dificuldades pessoais e processo de participação autónoma e expressão de cidadania.

Os programas implementados com pessoas adultas que não completaram a ensino básico durante a sua infância e juventude e nos mais jovens que abandonaram a escola precocemente sem concluir escolaridade obrigatória, devem assim promover novas oportunidades educativas que minimizem os riscos da exclusão sociocultural.

A incerteza quanto ao futuro profissional, os despedimentos e a falta de acessibilidade a novos empregos e profissões com mais exigência quanto à qualificação origina desconforto pessoal e social, sendo necessário que as pessoas aprendam a lidar com as transformações sociais com competência também ao nível psicológico: daí fazer sentido promover aprendizagens visando evitar a auto-exclusão por atitudes de baixa auto-estima e depressão, muito comuns entre a população adulta feminina, mas também visível em jovens em risco, com hábitos disfuncionais ou desempregados.

A Pré-Formação centrada no Desenvolvimento Pessoal e Social possibilita a interdisciplinaridade de abordagens, usando em simultâneo estratégias educativas, terapêuticas e relacionais, aliando Formandas/os e Formador/a em relações empáticas, visando a promoção das mulheres/jovens que experimentam dificuldades no seu quotidiano, pela discriminação negativa com que são tratadas e avaliadas também no plano social, com restrições significativas à cidadania de pleno direito.

Os OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer a apresentação mútua de formandos e formadores, assim como dos conteúdos programáticos dos módulos que constituem a acção;

- Realizar uma avaliação individualizada acerca do auto-conceito e auto-estima e definir estratégias de intervenção em formação potenciadoras dos aspectos identificados como deficitários;
- Desenvolver as capacidades individuais, recuperando a auto-estima e auto-imagem, através da criação de mecanismos de funcionamento na vida activa. Conhecer e Desenvolver as capacidades individuais no sentido do aumento das características necessárias ao desenvolvimento de funções/relações em sociedade;
- Desenvolver a capacidade de integração/adaptação em grupos de trabalho, potencialização da autoconfiança e das características individuais no grupo de trabalho;
- Conhecer as técnicas da Comunicação Humana facilitadoras do contacto com os outros. Desenvolver as características individuais geradoras da facilitação da comunicação;
- Conhecer e aprender a conviver com situações menos favoráveis a até conflituosas, ao nível do relacionamento interpessoal, no sentido de respeitar e saber enfrentar pessoas e situações diferentes;
- Promover técnicas específicas de actividades gratificantes para desenvolver a motivação dos formandos;
- Conhecer as regras de conduta que permitem e determinam uma boa relação no local de trabalho;
- Conhecer as múltiplas situações que integram o quotidiano da comunidade informando o grupo dos seus direitos e deveres, no sentido de contribuir para a igualdade de oportunidades e participação cívica;
- Identificar as regras básicas de saúde que estimulam a adopção de comportamentos/atitudes saudáveis;
- Adquirir conhecimentos básicos de informática para utilizar o computador como instrumento facilitador e organizador do trabalho. Utilizar o computador como instrumento interactivo e capaz de desenvolver as capacidades cognitivas e criativas;
- Sensibilizar as práticas artísticas estimulando os formandos a pensar, a sentir e a agir, no sentido de desenvolverem maior capacidade de comunicação, aprendizagem, expressão, confiança, imaginação, criatividade;
- Conhecer e aprender a respeitar os vários aspectos das diferenças culturais existentes na nossa sociedade;
- Conhecer os direitos/deveres do cidadão europeu, as estruturas e mecanismo da União Europeia;
- Conhecer as características dos vários grupos em sociedade e a forma de estes se poderem relacionar, no sentido de podermos viver em comunidade;
- Sensibilizar para a importância da preservação do meio ambiente.

Os DESTINATÁRIOS

12 Beneficiários de RSI ou Desempregados de Longa Duração, preferencialmente mulheres.

Gabinete de Atendimento e Inserção

2.4. Apoio Psico-Social

Sendo as actividades do Projecto dirigidas em primeiro lugar às pessoas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social e sabendo-se das características multidimensionais habitualmente presentes nestes fenómenos, é fundamental o acompanhamento psico-social no âmbito das intervenções que pretendam minorar o impacto destes.

Podemos então sistematizar os principais problemas ou vulnerabilidades destas populações nos seguintes aspectos:

- ⇒ **carências económicas:** ausência ou insuficiência de rendimentos, endividamentos, incapacidade para gerir recursos, deficientes condições de habitabilidade;
- ⇒ **situação face ao emprego:** desemprego de longa duração, trabalho precário, ausência/baixa qualificação profissional, ausência de hábitos de trabalho;
- ⇒ **baixos níveis de escolaridade:** não valorização da escola, absentismo, abandono e insucesso escolar.
- ⇒ **problemas de saúde:** hábitos alcoólicos, problemas do foro psiquiátrico, deficiência mental, ausência de hábitos alimentares saudáveis, ausência de hábitos de higiene;

Sabemos também, que a permanência prolongada em situação de carência económica, leva os indivíduos a desenvolverem estratégias de sobrevivência que fogem às regras instituídas, instalando-se progressivamente características psicológicas e comportamentais que acentuam a sua exclusão das redes formais e informais da sociedade. Falamos de situações que revelam um certo **desajustamento psicossocial** e que agravam as dificuldades de inclusão social desta população.

Significa então que intervir nestas situações implica o domínio de estratégias de intervenção que visem a mudança de atitudes e aquisição de competências pessoais e sociais.

Os Destinatários

Serão destinatários desta intervenção beneficiários do Rendimento Social de Inserção, Desempregados de longa duração e jovens à procura do 1º emprego.

Os Objectivos Específicos

- Promover a melhoria das condições de vida através do desenvolvimento das competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção sócio-profissional.
- Definir programas de inserção devidamente ajustados às características dos beneficiários do projecto.
- Definir estratégias de intervenção social inter-institucionais e multidimensionais.

A Metodologia

Este acompanhamento Psicossocial prevê:

O Diagnóstico da situação individual e familiar:

a) Avaliação Psico - Social

- Histórias de Vida;
- Competências sociais, pessoais e relacionais (potencialidades /fragilidades);
- Fase do Ciclo Vital;

b) Avaliação Sócio- Profissional

- Experiências de Trabalho;
- Expectativas Profissionais;
- Condições de Vida;
- Relação com *os outros* – comunidade.

Acompanhamento Individual e familiar que implica a definição de estratégias e rentabilização dos recursos existentes na comunidade

Este tipo de intervenção concretiza-se em três actividades fundamentais: Consultas de acompanhamento quer psicológico quer social; Sessões de Balanço de Competências; Visitas domiciliárias e Estabelecimento de Contactos inter-serviços.

Os Resultados

- Elevação dos níveis de auto estima da população abrangida,
- Maior eficácia na articulação inter-institucional;
- Encaminhamento e integração sócio-profissional dos beneficiários;
- Levantamento das necessidades, expectativas e potencialidades dos beneficiários.

2.5. Acções de Mobilização e Acompanhamento à Família

Esta equipa realizará também **actividades no domicílio**, tendo em consideração a importância da intervenção dentro do ambiente familiar e da falta de mobilidade de algumas famílias deste concelho.

Outra estratégia a utilizar será também a mobilização das famílias para o acompanhamento e valorização do percurso escolar dos seus filhos, já que estamos perante agregados onde é frequente encontrar situações de insucesso e abandono precoce dos estudos.

Assim pretende-se a partir das Associações de Pais apoiar a organização de grupos de discussão sobre problemas próprios da infância e juventude, perspectivando o desenvolvimento de competências parentais.

Os Destinatários

- Pais ou Encarregados de Educação
- Comunidade em geral

Os Objectivos

- Definir estratégias activas, participadas, construtivas e pedagógicas para uma maior e melhor participação dos pais na formação escolar;
- Clarificar características e comportamentos próprios do processo de desenvolvimento da criança e do jovem;
- Potenciar o papel de agentes promotores de competências pessoais e sociais nos progenitores ou encarregados de educação.

A Metodologia

- Envolvimento das diferentes Associações ou grupos de pais.
- Contacto com Escolas ou Associações Locais aí sediar as actividades a realizar.
- Levantamento de Necessidades/ temáticas a abordar.
- Divulgação da Acção junto de Escolas, Pais ou Encarregados de Educação e Comunidade em geral;
- Dinamização das sessões recorrendo a estratégias de educação não formal.

Os Resultados

- Maior e melhor envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo dos filhos;
- Melhorar as competências parentais facilitadoras do desenvolvimento equilibrado de crianças e jovens
- Aumentar a capacidade de organização e funcionamento das Associações de Pais existentes.

Os Presidentes em Acção

2.3. Acções de sensibilização, informação e divulgação de Boas Práticas

Actualmente no meio social, político e económico caracterizado pela Globalização, os meios humanos são um recurso fundamental para alcançar um modelo de desenvolvimento local sustentado, equilibrado e competitivo.

Com a recente evolução verificada no domínio das Políticas Sociais, a sociedade civil organizada assume um papel fundamental nas estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social implementadas no

território português. O denominado terceiro sector, onde lado a lado, coexistem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Organizações Não Governamentais e as Associações, Recreativas, Culturais ou Desportivas, é chamado então a criar metodologias inovadoras de intervenção social que permitam simultaneamente instalar processos de desenvolvimento local sustentáveis.

A verdade é que parte destes dirigentes assumem a sua função em regime de voluntariado, com um grande sentido de entrega e de dever ético de solidariedade para com os seus pares ou para com os mais vulneráveis, sem no entanto terem formação nos domínios de intervenção das instituições que dirigem. Desconhecem assim, as especificidades dos contextos e públicos mais vulneráveis, nem entendem os conceitos nem as estratégias utilizadas pelos técnicos. Estes por sua vez não se esforçam por explicar os seus procedimentos, e muitas vezes o que sentimos nos diferentes Foruns Sociais, é que perdemos tempo a tentar definir estratégias em conjunto, estratégias estas que não são postas em prática.

É assim, fundamental incentivar ao diálogo e cooperação, informando e potenciando as competências dos agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, pela elevação da qualidade da sua intervenção e utilização de métodos e técnicas que conduzam a processos e percursos inovadores de desenvolvimento social e colectivos e logo impulsionadores de dinâmicas de desenvolvimento local.

Os Objectivos

- Clarificar o papel do tecido associativo local enquanto representante e impulsionador legítimo de dinâmicas internas e mediador privilegiado nas relações com o exterior;
- Incentivar a criatividade, o espírito de iniciativa e a inovação no seio dos diferentes movimentos da sociedade civil organizada;
- Garantir a competitividade local face ao exterior impulsionando a criação de serviços e/ou competências técnicas em áreas de interesse estratégico
- Divulgar procedimentos e boas práticas implementadas noutros territórios rurais

A Metodologia

Pretende-se desenvolver sessões de informação e divulgação de Boas Práticas, convidando projectos/iniciativas de intervenção social que partilhem os seus conhecimentos e experiências com os diferentes Líderes Locais e Técnicos, incentivando assim à mudança de atitude, à procura de informação, no fundo, ao sentimento de que vale a pena o esforço e trabalho destas instituições!

Estas Sessões decorrerão em diferentes freguesias, recorrendo aos espaços físicos das instituições locais. Estes momentos serão também oportunidades únicas de articulação de estratégias conjuntas de dinamização de actividades sócio-comunitárias, mas também de avaliação do papel das associações no processo de desenvolvimento local.

Os Resultados

Impulsionar um modelo de desenvolvimento sociocomunitário protagonizado e participado pelos actores locais, numa verdadeira lógica de “ empowerment” aproximando as decisões das iniciativas e incentivando o envolvimento das populações na resolução dos seus problemas;

Capítulo VII – Avaliação

A Avaliação e Acompanhamento da Rede Social.

Desta forma, serão colocadas em práticas estratégias de avaliação que permitam adequar atempadamente as metodologias de intervenção às especificidades da Rede Social.

Esta avaliação e tendo em atenção a especificidade da Rede centrar-se-á ainda em quatro critérios para específicos, a saber:

- A pertinência
- A eficácia
- A eficiência
- Efeito multiplicador

Quanto à **pertinência** da intervenção ter-se-á em atenção as mais valias do projecto para a comunidade local, e em particular, para o público a que se destina, desenvolvendo técnicas próprias para envolver os diferentes beneficiários no processo avaliativo.

Para objectivar esta análise devemos ter em conta:

O **contexto envolvente**, nomeadamente, as estruturas e serviços existentes de apoio à população socialmente desfavorecida e o levantamento de necessidades específicas desta população.

O **trabalho já realizado a este nível**, nomeadamente, as metodologias até aqui utilizadas e a introdução de abordagens inovadoras.

O **nível de participação dos beneficiários**, observável pelo número de utentes admitidos e respectiva participação nas actividades propostas, mas também pelas mudanças observadas (inserção social e profissional - com base na avaliação individual)

Ao nível da **eficácia** do Projecto, pretender-se-á observar a relação entre objectivos inicialmente previstos e resultados da intervenção realizada. Para este efeito é fundamental a definição de alguns critérios que nos permitam quantificar os resultados, bem como elaborar diferentes materiais de recolha e registo de informação devidamente ajustados às diferentes acções e destinatários.

Em síntese, um **Interior em Rede** como um reduto de oportunidades.

“ O interior é frágil e pouco denso, mas já não é apenas a imagem da aridez humana provocada pelo transvase de pessoas e meios para as regiões mais ricas. Só assim pensará quem nem sequer se passeou pelas vilas e cidades do interior, não correu os seus mercados e feiras, não esteve nas suas praças, nos seus espaços lúdicos, no meio do seu movimento ou mesmo da sua tranquilidade. O interior do nosso país, apesar dos seus problemas e das ameaças que rodeiam o seu desenvolvimento, é um lugar onde se têm consolidado muitos factores de qualidade, a começar por certos aspectos da qualidade de vida (Reis;1998:77-86).”

Mais do que uma imagem de um Concelho do interior marcado fatalmente por problemas e constrangimentos diversos, prevalece a ideias de um Concelho (em rede), enquanto espaço de oportunidades que faz apelo à participação afectiva das populações na construção do seu destino colectivo...

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (1998), “ O Desenvolvimento Local em Portugal” – As Lições do Passado e as Exigências do Futuro in A Rede para o desenvolvimento Local, Faro: Associação IN LOCO, pp. 60 – 64

CARDOSO, Abílio (1996), Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento, Porto: Edições Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil da FEUP

HENRIQUES, José Manuel (1990), Municípios e Desenvolvimento, Lisboa: Escher Publicações

JACINTO, Rui (1994), “ Território e Intervenção Municipal: os municípios e a promoção local do desenvolvimento” in Manual do Eleito Local, Coimbra: Centro de Estudos de Formação Autárquica, Vol. I, pp.69-91

MELO, Alberto (1998), “ Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local” in A Rede para o Desenvolvimento Local, Faro. Associação IN LOCO, pp. 5-8

Cooperação Sem Fronteiras, (1997), ADISMONTA, Câmara Municipal de Nisa, Ayuntamiento de Plasenzuela, pp. 8-30